

TAVIRAVERDE
EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE
E.M.

Relatório e Contas 2015





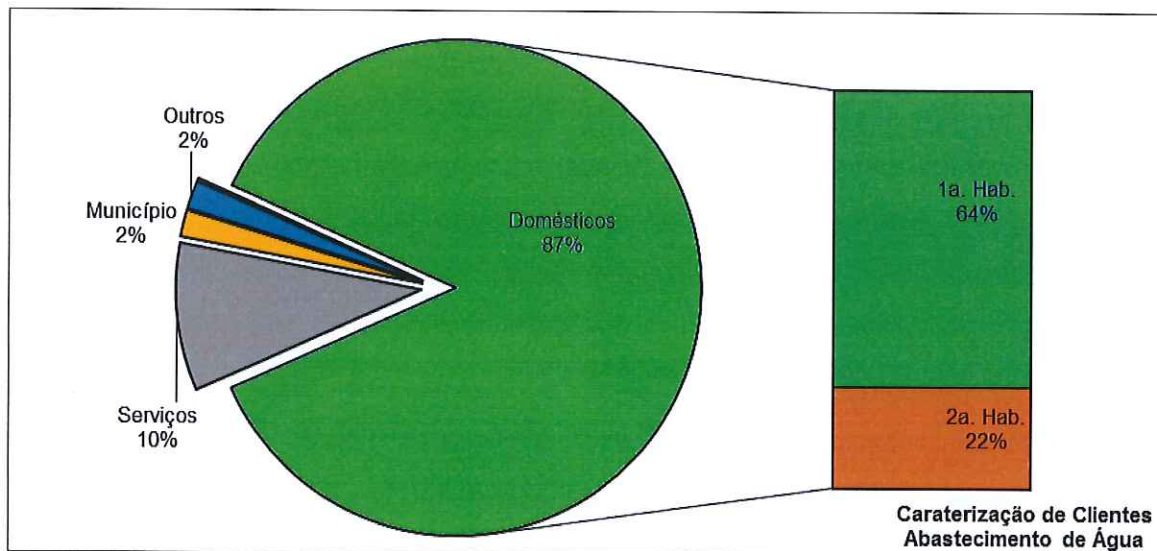
Índice

Órgãos Sociais	1
Relatório de Gestão	2
1. Enquadramento do ano	3
2. Caracterização de Clientes	5
3. O plano de atividades	7
4. Águas de Abastecimento	11
5. Saneamento	17
6. Recolha de RSU/ Limpeza Urbana	20
7. Jardins	24
8. Limpeza de Praias	26
9. Limpeza Urbana	28
10. Sistema Gestão da Qualidade	28
11. Atividades de Educação Ambiental	33
12. Recursos Humanos	35
13. Investimento	39
14. Situação económica ou financeira	41
15. Proposta de aplicação de resultados	47
16. Agradecimentos	48
Demonstrações	49
Financeiras	49
Anexo	56
1. Identificação da entidade	56
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	56
3. Principais políticas contabilísticas	57
4. Fluxos de Caixa	63
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	63
6. Partes Relacionadas	64
7. Ativos Intangíveis	67
8. Ativos Fixos Tangíveis	68
9. Locações	70
10. Custos de empréstimos obtidos	72
11. Inventários	72
12. Rédito	73
13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	74
14. Subsídios do Governo e apoios do Governo	74
15. Acontecimentos após a data do balanço	76
16. Imposto sobre o rendimento	77
17. Instrumentos financeiros	80
18. Divulgações exigidas por diplomas legais	85
19. Outras informações	86
Relatório e Parecer do Fiscal Único	90

2. Caracterização de Clientes

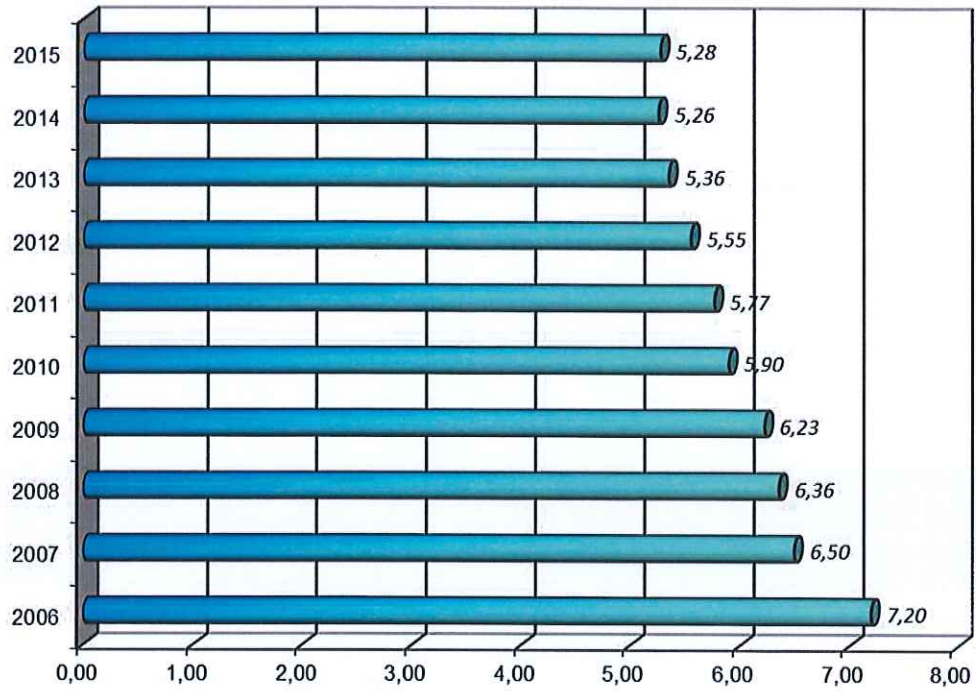
A caracterização dos clientes da Taviraverde no ano de 2015 é a que se indica nos quadros seguintes:

CARACTERIZAÇÃO DE CLIENTES	2014			2015		
	CLIENTES	CONSUMOS	GRAU COBERTURA	CLIENTES	CONSUMOS	GRAU COBERTURA
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	21.323	1.890.336	86%	21.792	1.940.286	87%
CLIENTES DOMÉSTICOS	18.679	1.179.790		18.877	1.196.511	
CLIENTES NÃO DOMÉSTICOS	2.248	569.961		2.482	584.042	
OUTROS	362	135.444		397	153.419	
PRÓPRIOS	34	5.141		36	6.314	
ÁGUAS RESIDUAIS	18.929	1.432.516	78%	19.428	1.459.980	80%
CLIENTES DOMÉSTICOS	16.980	1.038.391		17.259	1.052.065	
CLIENTES NÃO DOMÉSTICOS	1.821	346.791		2.062	358.516	
OUTROS	128	47.334		107	49.399	
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (T)	15.329 (Ton)		97%	15.943 (Ton)		97%



Os consumos médios, dos clientes domésticos, tiveram um pequeno aumento como indicado no quadro seguinte:

Evolução do Consumo Médio (m³/mês)



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
■ DOMÉSTICOS	7,20	6,50	6,36	6,23	5,90	5,77	5,55	5,36	5,26	5,28

[Handwritten signatures and marks]

3. O plano de atividades

O plano de atividades da empresa no ano de 2015 foi delineado de acordo com os Objetivos Gerais descritos no quadro seguinte.

O quadro descreve o resultado final da atividade obtido através da monitorização periódica do Plano definido. A taxa de cumprimento dos objetivos definidos foi de 86%, tendo os desvios sido analisados e tratados em reuniões mensais de coordenação.

A. Abastecimento de Água				
Objectivos Gerais	Objectivos Sectoriais	Indicador	Meta	2015
Redução das perdas de água	Controlo de perdas de água	Perdas de Água Totais na Rede	≤17,5%	18,4%
		Perdas de Água Totais na Rede - em volume	≤100%	110%
	Controlo de substituição de contadores	Taxa de substituição de contadores antigos	≥98%	101%
	Campanha de detecção de fugas	Taxa de cumprimento da detecção directa - inspecção e correcção de 1 ZMC por semana	≥95%	106%
	Controlo da selagem de contadores	Acompanhamento ao plano de selagem de contadores	sem meta	2534
Melhoria da qualidade do serviço e dos indicadores de gestão e produtividade	Controlo da qualidade da água de abastecimento	Taxa de cumprimento dos valores paramétricos de análises obrigatórias - PCQA	≥99%	100%
		Taxa de cumprimento dos valores paramétricos do Controlo Operacional	≥95%	100%
		Taxa de cumprimento da frequência de análises do PCQA	100%	100%
	Controlo do tempo para fornecimento de orçamento de ramais	Taxa de orçamentos entregues dentro do prazo de 3 dias úteis	≥95%	100%
	Controlo do tempo para execução de ramais	Taxa de ramais executados dentro do prazo de 6 dias úteis	≥95%	100%
	Controlo do tempo para colocação de contadores	Taxa de contadores instalados dentro do prazo de 1 dia útil	≥95%	100%
	Controlo do tempo para desligação de contadores	Taxa de contadores desligados dentro do prazo de 1 dia útil	≥95%	100%
	Reabilitação dos equipamentos e construção civil das Estações Elevatórias Águas Abastecimento (EEAA)	Taxa de cumprimento do programa estabelecido	≥90%	92%
	Manutenção e gestão de equipamentos das ETA e EEAA	Taxa de conformidades das manutenções planeadas nas ETA e EEAA	≥90%	100%
	Manutenção e gestão de equipamentos - Válvulas AA	Taxa de conformidades das manutenções planeadas	≥90%	100%
Caracterização das instalações - ETA e EEAA	Elaboração das fichas de caracterização de instalações (ETA e EEAA)	Executar fichas a ≥7 instalações até final ano	100%	

B. Águas Residuais

Objectivos Gerais	Objectivos Sectoriais	Indicador	Meta	2015
Melhoria da qualidade do serviço, cumprimento das disposições legais e dos indicadores de gestão e produtividade de ETAR e EEAR	Controlo da qualidade dos efluentes	Taxa de análises laboratoriais conformes com as Licenças de Descarga - ETARs TOTAL	≥95%	94%
	Reabilitação dos equipamentos e construção civil das EEAR	Taxa de cumprimento do programa estabelecido	≥90%	97%
	Manutenção e gestão de equipamentos das ETAR e EEAR	Taxa de conformidades das manutenções planeadas nas ETAR e EEAR	≥90%	98%
	Caracterização das instalações (ETAR e EEAR)	Elaboração das fichas de caracterização de instalações (ETAR e EEAR)	Executar fichas a ≥7 instalações até final ano	100%
	Controlo do tempo para fornecimento de orçamento de ramais	Taxa de orçamentos entregues dentro do prazo de 3 dias úteis	≥95%	100%
	Controlo do tempo para execução de ramais	Taxa de ramais executados dentro do prazo de 7 dias úteis	≥95%	100%
	Controlo do tempo de reposição de pavimentos (aplicável a águas de abastecimento e águas residuais)	Taxa de pavimentos repostos dentro do prazo de 10 dias úteis após intervenções	≥95%	100%
	Controlo de qualidade da reposição de pavimentos	Taxa de pavimentos conformes	≥95%	105%
Eliminação das infiltrações nas redes de águas residuais	Controlo de estanquidade de redes de drenagem	Taxa de águas residuais entregues à EG em alta relativamente ao total facturado na área de influência (%)	≤90%	107%
		Quantidade de águas residuais entregues à EG em alta relativamente ao total facturado na área de influência - em volume	≤140%	68%
	Controlo sistemático de redes de saneamento	Cumprimento do programa de monitorização ao estado das redes e caixas de visita	≥95%	100%
		Taxa de execução da reabilitação de caixas de visita programadas	≥95%	100%

C. Resíduos Sólidos

Objectivos Gerais	Objectivos Sectoriais	Indicador	Meta	2015
Melhoria da qualidade do serviço, dos indicadores de gestão e da produtividade	Avaliação do sistema de controlo dos circuitos	Taxa de execução dos circuitos de recolha de RSU	≥90%	103%
		Taxa de execução dos circuitos de limpeza urbana	≥90%	97%
		Taxa de execução dos circuitos de varredura mecânica	≥90%	104%
		Taxa de execução dos circuitos de substituição de contentores lavados	≥90%	117%
		Taxa de execução dos circuitos de monos e verdes	≥90%	118%
		Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de recolha de RSU	≥90%	100%
		Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de limpeza urbana	≥90%	102%
		Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de varredura mecânica	≥90%	100%
		Conformidade de execução dos circuitos de recolha de RSU	≥90%	100%
		Conformidade de execução dos circuitos de limpeza urbana	≥90%	90%
		Conformidade de execução dos circuitos de varredura mecânica	≥90%	100%

C. Resíduos Sólidos (cont.)

Objectivos Gerais	Objectivos Sectoriais	Indicador	Meta	2015
Melhoria da qualidade do serviço, dos indicadores de gestão e da produtividade	Controlo dos pedidos de recolha de Monos e Verdes	Taxa de pedidos de clientes relativamente ao total recolhido	≥10%	14%
	Lavagem de Contentores de Superfície	Frequência de lavagem de contentores	≥7,5 a ≤24	8,2
	Controlo da recolha de recicláveis totais (ALGAR e Tavirverde)	Taxa de recolha de recicláveis (no total) relativamente ao total dos resíduos não recicláveis entregues à ALGAR	≥14%	18%
		Aumento da recolha de recicláveis (no total) relativamente ao ano anterior	sem meta	-1,7%
Diminuição da quantidade de resíduos sólidos pagos relativamente ao ano anterior	Taxa de resíduos sólidos pagos relativamente ao ano anterior	≤99,99%	104%	

D. Jardins

Objectivos Gerais	Objectivos Sectoriais	Indicador	Meta	2015
Controlo de execução dos serviços	Monitorização das manutenções de espaços verdes	Conformidade do serviço de acordo com os indicadores de avaliação definidos no contrato-programa	≥95%	97%
	Monitorização das manutenções de sistemas de rega	Cumprimento do programa de manutenção de sistemas de rega	≥98%	100%

E. Administrativo Comercial e Geral

Objectivos Gerais	Objectivos Sectoriais	Indicador	Meta	2015
Melhoria das condições de funcionamento e operacionalidade	Leitura de contadores mensal	Nº de contadores não lidos mensalmente	≤200	91
	Actividade de fiscalização de águas e resíduos	Taxa de cumprimento do programa de fiscalização	≈100%	100%
		Taxa de anomalias detectadas pela fiscalização que foram alvo de notificação ao infractor	≈100%	100%
	Compilação atempada dos indicadores de desempenho - prazo: até ao dia 14 do mês seguinte ao do período de referência	Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DQS	≥95%	100%
		Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DJ	≥95%	100%
		Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DME	≥95%	100%
		Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DAF	≥95%	100%
		Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DPO	≥95%	99%
		Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DOR	≥95%	100%
		Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DRLJ	≥95%	100%
Diminuição dos montantes em dívida pelos clientes e outros devedores	Prazo de realização de cortes de fornecimento de água	Taxa de cortes efectuados dentro do prazo de 30 dias após emissão de listagem de cortes	≥97%	97%
		Cálculo mensal da taxa de restabelecimentos realizados	≤1 não conformidade	0
	Diminuição do nº de processos de cobrança duvidosa	Taxa de cobrança efectiva dos valores em dívida (inclui a dívida não vencida)	≥85%	99%
		Taxa de cobrança efectiva no prazo normal em valor	≥85%	90%

E. Administrativo Comercial e Geral (cont.)

Objectivos Gerais	Objectivos Sectoriais	Indicador	Meta	2015		
Diminuição dos montantes em dívida pelos clientes e outros devedores	Eficácia dos processos de cobrança duvidosa	Taxa de cobrança efectiva dos processo de injunção em valor	≥30%	94%		
		Taxa de cobrança efectiva dos processo de injunção em nº de processos	≥30%	54%		
	Controlo do prazo médio de recebimentos de clientes	Prazo médio de recebimentos de clientes	≤60 dias	21		
Melhoria do nível de satisfação do cliente	Redução do tempo de resposta a reclamações	Taxa de reclamações respondidas dentro do prazo de 10 dias úteis	≥95%	96%		
	Cumprimento dos prazos legais para resposta a reclamações escritas relativas a águas de abastecimento (AA), águas residuais (AR) e resíduos sólidos (RS) (de acordo com especificações da ERSAR)	Taxa de reclamações escritas relativas a AA respondidas por escrito dentro do prazo de 22 dias úteis	≈100%	100%		
		Taxa de reclamações escritas relativas a AR respondidas por escrito dentro do prazo de 22 dias úteis	≈100%	100%		
		Taxa de reclamações escritas relativas a RS respondidas por escrito dentro do prazo de 22 dias úteis	≈100%	100%		
	Aumento do registo dos contactos dos clientes	Nº de clientes com registo de e-mails	≥11.000	12649		
Higiene e Segurança no Trabalho	Controlo do cumprimento das normas de segurança (uso de EPI's, EPC, outras)	Nº de NC sobre as normas de segurança implementadas	≤10	25		
	Controlo do uso de fardamento	Nº de NC de uso de fardamento	≤10	5		
	Limpeza e arrumação dos locais de trabalho	Nº de NC de falta de limpeza e arrumação para cada espaço	≤10	42		
				Indice de Frequência (avalia a frequência com que os AT ocorrem)	<20 (classificação OMS: mto bom)	47
				Indice de Gravidade (avalia a gravidade dos AT ocorridos em termos de dias de trabalho perdidos)	<0,5 (classificação OMS: mto bom)	2,3
				Controlo do nº de dias não trabalhados por AT relativamente ao ano anterior	sem meta	-79%
Gestão de Recursos Humanos	Realização das Acções de Formação Preconizadas	Cumprimento da taxa mínima legal de formação	≥10%	3%		
		Taxa de cumprimento do Plano de Formação	≥95%	100%		
	Absentismo	Taxa de Absentismo	s/ meta	4,9%		
		Taxa de Absentismo sem baixas prolongadas	s/ meta	3,3%		
		Taxa específica por incapacidade (de curta ou longa duração) devida a doença e acidente	≤3,0%	4,3%		
	Controlo de Horas Extraordinárias	Taxa de cumprimento do plano anual de horas extraordinárias	≤100%	72%		
		Nº de colaboradores que excederam o limite legal de horas extraordinárias	0	0		
		Controlo das horas extraordinárias efectuadas na globalidade	≤100%	111%		
	Gestão da documentação e dados	Controlar a documentação	Não utilização de documentos sem codificação	0 NC	0	
Não utilização de documentos obsoletos			0 NC	0		
Acompanhamento do SG	Realização das Auditorias preconizadas	Taxa de cumprimento do Programa Anual de Auditorias	≥75%	100,00%		
	Conclusão do tratamento de NC e OM nos prazos estipulados	Cumprimento do prazo de conclusão das NC e OM	≥75%	76,47%		
Acompanhamento a fornecedores e outros credores	Acompanhar o registo do Produto Não Conforme	Registo do Produto Não Conforme	1 NC	n.a.		



● Controlo legal

No ano de 2015, foram efetuadas todas as análises agendadas no PCQA, que foi realizado com periodicidade semanal em 112 pontos de colheita, distribuídos geograficamente por 8 zonas de abastecimento (7 das quais com origens próprias e 1 fornecida pela EG em alta). No total foram efetuadas 1064 análises, observando-se 100% de frequência de realização, tendo ficado cumprido na íntegra o indicador ERSAR para esta matéria.

Relativamente ao cumprimento dos valores paramétricos, verificou-se uma taxa de conformidade de 100%.

● Controlo operacional ou de vigilância

O Controlo Operacional (CO) foi realizado em todas a Zonas de Abastecimento nomeadamente: Cachopo, Feiteira, Mealha, Carrapateira, Faz Fato, Estorninhos, Bengado, Santa Catarina, Morenos, e também em Zonas cujo abastecimento é fornecido pela Entidade gestora (EG) em alta.

Estes controlos são opcionais e destinam-se, fundamentalmente, à verificação da qualidade da água em pontos estratégicos do abastecimento de água, com uma frequência muito mais apertada que o controlo legalmente requerido. Pretende-se acompanhar mensalmente parâmetros críticos, como o cloro, turvação, ferro, manganês, entre outros.

Nestes COs é feita a monitorização à saída das captações (quando aplicável) e também na rede de abastecimento, o que nos permite averiguar não só a potabilidade da água de origem, como também a eficiência do tratamento efetuado. Sempre que necessário, podem ser feitas análises adicionais às várias etapas dos processos de tratamento.

No decurso do ano foram realizadas um total de 6035 análises (das quais 3048 correspondem à água tratada, ou seja 50%), distribuídas por cada um dos CO com periodicidade mensal, tem-se verificado 99,70% de conformidades dos valores paramétricos legais na água tratada.

4.3. Zonas de Medição e Controlo (ZMC)

Prosseguiu-se com a instalação de novos equipamentos de medição, monitorização e controlo em novas ZMCs, nomeadamente:

Livramento: Ponto de monitorização de consumos e de regulação de pressão, localizado em caixa construída junto ao antigo poço do Livramento, onde sem encontram alojados o medidor de caudal, uma VRP e o respetivo logger para registo e transmissão de dados. Abrange as zonas do Livramento e Arroteia.

Pinheiro: Com as mesmas características do anterior, localizado na Estrada da Amoreira, junto ao cruzamento da estrada de Belmonte. Abrange toda a rede ao longo do CM 1339 e a zona do Pinheiro.

Quinta das Salinas: Ponto de monitorização e controlo localizado numa nova caixa construída no Alto do Padre Maia, equipada com medidor de caudal, registo e transmissão de dados. Encontra-se integrado no novo troço de conduta, com cerca de 400 metros, construído entre o Alto do Padre Maia e a Rotunda do Eurotel, que substituiu uma conduta antiga, de fibrocimento, localizada em terrenos privados.

EN 270 (a cerca de 700 m das novas instalações do Pingo Doce): Ponto de monitorização de consumos e de regulação de pressão, localizado em caixa construída no início de um prolongamento de rede para servir as novas instalações do Pingo Doce e urbanização Alto de Tavira, prolongamento esse que permitiu simultaneamente beneficiar o pequeno núcleo de habitações localizadas a norte das instalações da GNR, num ponto alto do sistema de Tavira, melhorando significativamente as condições de abastecimento, nomeadamente de pressão, ao serem integradas no sistema de Santa Margarida, mais elevado.

EEAS do Parque Industrial, Capelinha Malhão e Corte António Martins

Prosseguiu-se em 2015 com a instalação de novos medidores de caudal em EEAs, nomeadamente na da Capelinha e da Corte António Martins, para monitorização de consumos e controlo de perdas nas localidades por si servidas. Nestas, bem como no sistema de Santa Margarida - Parque Industrial, à semelhança do procedimento já efetuado do ano anterior em outras EEAs, foram implementados sistemas de alarme para o caso de paragem dos equipamentos de bombagem, permitindo o reconhecimento atempado das situações de avaria que possam surgir e consequentemente possibilitando uma intervenção mais célere por parte dos serviços na respetiva reparação e restabelecimento do abastecimento.

No final do ano, o sistema dispunha de um total de 126 pontos de medição, entre caudalímetros e totalizadores para suporte às atividades de controlo de perdas. Deste conjunto de pontos de medição, 21 estão associados ao sistema de telegestão PEView desenvolvido para Tavira pela empresa Macraut e 45 encontram-se associados a loggers com transmissão de dados de caudal e de pressão por GSM ao sistema PMAC PLUS.

No decorrer de 2015, foram desenvolvidos estudos e os respetivos processos para lançamento de concursos de empreitada em 2016 referentes a um conjunto de 10 novos pontos de monitorização e controlo na Cidade (oito na margem direita e dois na margem esquerda), cuja implementação se irá traduzir no melhoramento progressivo do controlo de perdas, permitindo intensificar a identificação das zonas mais problemáticas e o planeamento e desencadeamento de ações para a sua diminuição.

4.4. Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas de Abastecimento (EEAA)

Em 2015 foi continuado o programa de reabilitação das EEAA - Estações Elevatórias de Águas de Abastecimento e Reservatórios.

No Reservatório do Perogil finalizou-se a impermeabilização da cobertura das duas células, também foi realizada a reabilitação interior da célula esquerda e direita e a pintura exterior de toda a instalação.

Foi executada a reabilitação total do Reservatório do Malhão, incluindo impermeabilização de todas as coberturas, vedação exterior, reabilitação do interior da célula, gradeamento na janela, reparação de tampas e pintura geral.

No reservatório da Boavista foram instaladas escadas fixas de acesso às células, aumentando a segurança dos operadores no acesso a estes espaços, foram aplicados novos drenos na cobertura para eliminação de zonas de acumulação de água das chuvas, reparações pontuais de infiltrações, pintura e aplicação de azulejos descolados.

No reservatório de Monte Agudo foi instalada a vedação exterior, eliminado monte de terras que existia encostado ao reservatório, limpeza de vegetação envolvente, impermeabilização de todas as coberturas, pintura geral e aplicação de duas eletrobombas na EEAA existente (só tinha uma eletrobomba), pavimentação de todo o espaço envolvente, eliminação parcial da galeria técnica existente na caseta de apoio e colocação de gradeamento na restante (melhorando a segurança dos operadores). Foi melhorado o caminho de acesso a esta instalação (desde a aldeia até a instalação).

No reservatório da Cumeada foram feitas pinturas no interior da casa de manobras e respiradores.



Reservatório de Monte Agudo (Sto. Estêvão)

Handwritten signature or initials in blue ink, possibly "A.A.", with a vertical line and a star-like symbol to the right.



Reservatório do Malhão



Reservatório da Boavista – Instalação de escadas fixas de acesso às células

5. Saneamento

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores do sector de 2005 a 2015:

ANO	SANEAMENTO						
	CAUDAL TRATADO			CAUDAL COBRADO	CUSTO	PREÇO MÉDIO DE VENDA	RECEITAS TOTAIS
	AdA	Próprios	TOTAL	(M³)	M³ COBRADO	(€)	
2005	N/A			1.313.163	0,38 €	0,49 €	646.892 €
2006	1.500.128		1.500.128	1.531.163	0,53 €	0,55 €	844.166 €
2007	506.590	909.956	1.416.546	1.643.548	0,60 €	0,85 €	1.402.966 €
2008	1.062.785	864.924	1.927.709	1.605.261	0,87 €	0,79 €	1.617.015 €
2009	1.232.541	524.388	1.756.929	1.657.754	0,93 €	0,83 €	1.501.598 €
2010	1.544.743	482.766	2.027.509	1.593.027	1,11 €	0,82 €	1.410.598 €
2011	1.264.437	655.833	1.920.270	1.539.385	1,40 €	1,35 €	2.070.843 €
2012	1.527.619	110.513	1.638.132	1.494.114	1,43 €	1,46 €	2.187.788 €
2013	1.511.197	0	1.511.197	1.435.229	1,49 €	1,53 €	2.197.431 €
2014	1.558.360	0	1.558.360	1.432.516	1,75 €	1,54 €	2.219.449 €
2015	1.513.511	0	1.513.511	1.459.980	1,93€	1,58€	2.312.106€

Nota: os números indicados dizem respeito ao total do ano civil, salvo os de 2005 que diz respeito ao período de Março a Dezembro.

O preço médio de venda e as receitas totais incluem apenas as tarifas fixas e variáveis.

5.1. Controlo da qualidade dos efluentes

O programa de controlo da qualidade dos efluentes foi efetuado de acordo com as licenças de descargas das ETAR's sob nossa gestão, nomeadamente: Santa Catarina, Bengado, Porto Carvalho, Feiteira, Mealha, Carrapateira, Casas de Baixo e Estorninhos. No início do ano entraram em funcionamento mais duas ETAR's, também sob a gestão da Taviraverde, sendo estas localizadas em Morenos e Currais.

Das 40 amostragens programadas e efetuadas no decurso do ano, foram analisados os 513 parâmetros obrigatórios (100% de frequência), mais 77 parâmetros adicionais, num total de 590 análises realizadas.

Das análises efetuadas constata-se que 94,17% estavam conformes com os limites estabelecidos nas respetivas licenças de descarga.

Os incumprimentos detetados referem-se à ETAR de Santa Catarina (SST – Janeiro 2015), ETAR de Carrapateira (CQO – Agosto 2015), ETAR de Mealha (CQO, SST e CBO₅ – Agosto 2015), ETAR de Porto Carvalho (CBO₅ – Fevereiro 2015) e ETAR de Estorninhos (SST – Agosto 2015).

Relativamente à ETAR de Santa Catarina, o incumprimento, relativo ao parâmetro Sólidos Suspensos Totais (SST), foi ligeiramente acima do valor limite de 60 mg/L, apresentando um valor de 62 mg/L.

A ETAR de Mealha apresentou 3 incumprimentos em Agosto, estes foram provavelmente devidos a uma baixa retenção do efluente no reator.

Nas restantes ETAR, a causa dos incumprimentos foi devida na generalidade ao caudal afluente insuficiente, esta situação não permite a criação de biomassa suficiente, comprometendo a capacidade de depuração biológica da instalação.

5.2. Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas Residuais (EEAR)

Em 2015 foi continuado o programa de reabilitação das EEAR - Estações Elevatórias de Águas Residuais.

Foi reabilitada a EEAR de Pedras del Rei, foram substituídas todas as válvulas, instalado um QE, executada a vedação envolvente, redimensionada a caixa de válvulas, foi colocado o ponto de água dentro deste espaço. O caudalímetro foi colocado dentro deste espaço. No grupo de caixas existentes de drenagem da antiga Etar, umas foram eliminadas e outras reabilitadas.

Na EEAR Pedras da Rainha foi reabilitada a caixa das válvulas (substituição de todas as válvulas e tubagens), substituído o corpo das bombas e impulsor, elevado o piso da instalação, de forma a ficar todo ao mesmo nível eliminando o perigo de queda.

Na EEAR do Ciclista foi certificada a instalação elétrica, e instalado um quadro elétrico.

Na Etar da Carrapateira foi reabilitado o poço de bombagem.

Foi reparado e impermeabilizado a cobertura do escritório da antiga Etar de Tavira.

Foram instalados sistemas de televigilância em quatro EEAR.

Foram aplicados conta-horas em várias instalações por forma a contabilizar o tempo de bombagem e caudal elevado.

Foi adquirido um depósito portátil de fornecimento de água, uma eletrobomba e uma máquina de lavagem alta-pressão para limpeza das instalações sem abastecimento de água, bem como uma retroescavadora para apoio ao serviço de reparação de roturas.





EEAR Pedras del Rei



EEAR Pedras da Rainha

5.3. Diminuição das infiltrações nas redes

Em 2015 continuaram-se as atividades que vinham a ser desenvolvidas nos anos anteriores, nomeadamente as seguintes:

- Foram Reparadas 150 caixas de visita das redes de saneamento domésticas, em mau estado de conservação ou com infiltrações de águas existentes nos solos ou águas das marés, principalmente nos coletores primários de Tavira.
- Foi dado seguimento à desativação das ligações de sumidouros e sarjetas, que estavam a descarregar para as caixas de visita dos coletores de A.R. (Águas Residuais) em Tavira, Santa Luzia, Conceição e Cabanas;
- Continuámos a procura e eliminação dos "BY-PASS" detetados entre caixas de visita de A.R. e A.P (Águas Pluviais) em Tavira, Santa Luzia, Santa Catarina, Conceição e Cabanas;
- Foram reparadas diversas caixas de ramais com infiltrações assim como foi efetuada a renovação dos respetivos ramais que ligam aos coletores de A.R. em Tavira, Santa Luzia, Conceição e Cabanas.
- Foram reabilitados diversos coletores de saneamento doméstico, que apresentavam grandes infiltrações, nomeadamente na Calçada da Galeria, rotunda de Santa Margarida e no Caminho das Trindades.

- Relativamente ao Parque Industrial de Santa Margarida, verificámos, através de inspeção CCTV efetuada, que os coletores de A.R. estão na sua maioria fissurados, colapsados e a necessitar de intervenção de reparação, sendo totalmente constituídos por tubos em Polipropileno corrugado.

- No que respeita às aflúncias indevidas de águas das marés, podemos afirmar que os coletores com problemas prementes das zonas baixas da Cidade de Tavira, Santa Luzia e Cabanas, foram reabilitados, no entanto, pelo estado avançado de degradação, associado a ações de limpeza e manutenção, será necessária a reabilitação dos restantes troços de rede em fibrocimento, o qual será um dos objetivos principais para os próximos anos. Nesta fase, concluímos o levantamento dos coletores de saneamento doméstico em fibrocimento, com vista a uma futura substituição/reabilitação. A maior percentagem de coletores em fibrocimento encontra-se aplicado na margem esquerda da cidade de Tavira.

- Quanto às aflúncias indevidas de águas pluviais, o problema principal é a inexistência de redes separativas em prédios e habitações isoladas e em urbanizações mais antigas. Parece-nos, portanto, que, sem recurso a descarregadores de tempestade na rede de A. R. domésticas, este problema não terá solução. Deverão ser equacionadas/estudadas outras soluções para esta problemática.

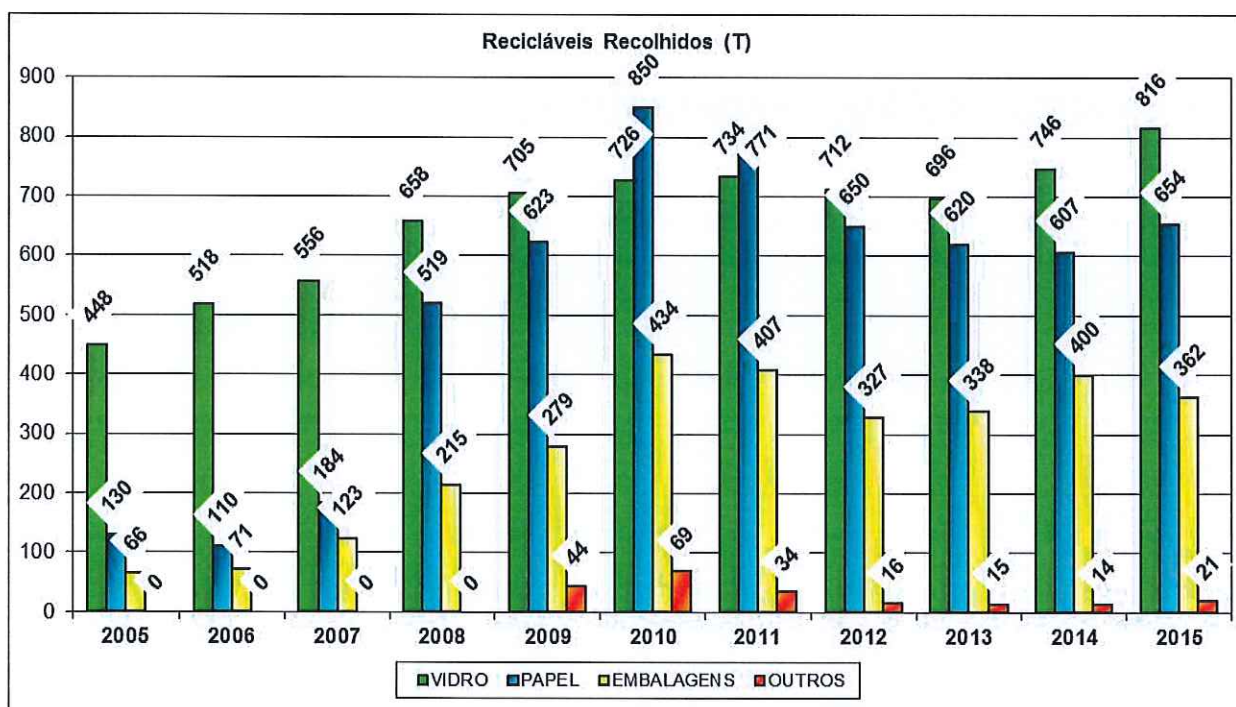
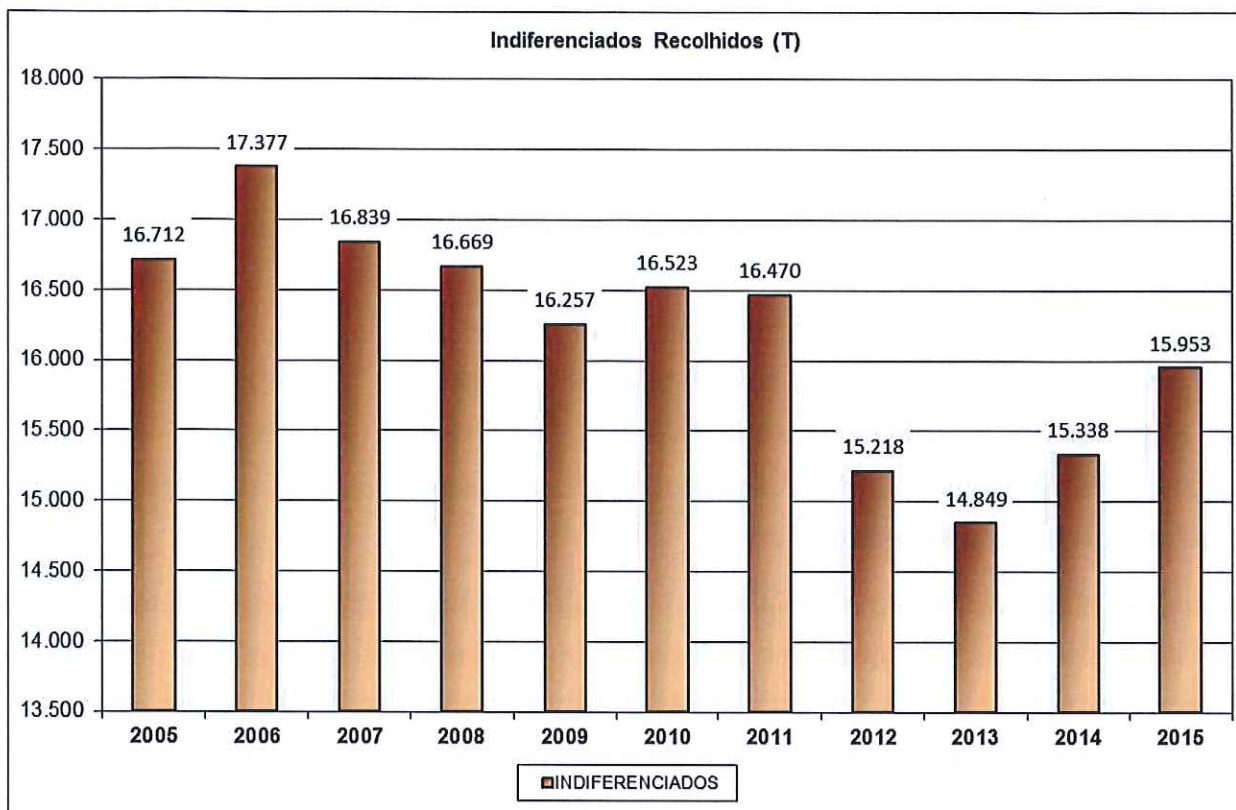
6. Recolha de RSU/ Limpeza Urbana

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores do sector em 2014:

ANO	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS				
	RECOLHA E LIMPEZA		CUSTOS (Ton)		RECEITAS TOTAIS
	(Ton)	RECEITA (Ton)	RECOLHA E LIMPEZA	RECOLHA	TOTAIS
2005	13.369	32,56 €	143,78 €	n.a.	435.936 €
	16.711	30,80 €			514.846 €
2006	17.377	99,49 €	136,17 €	n.a.	1.483.900 €
2007	16.839	117,70 €	160,76 €	n.a.	2.023.742 €
2008	16.669	113,00 €	169,00 €	n.a.	2.360.418 €
2009	16.204	126,00 €	175,00 €	n.a.	2.321.490 €
2010	16.505	129,43 €	167,75 €	n.a.	2.597.418 €
2011	16.439	140,16 €	171,07 €	124,39 €	2.291.439 €
2012	15.181	153,61 €	186,39 €	134,54 €	2.331.953 €
2013	14.849	157,18 €	195,06 €	140,89 €	2.343.276 €
2014	15.329	149,52 €	182,02 €	132,28 €	2.291.928 €
2015	15.943	151,54 €	174,96 €	124,21 €	2.415.938 €

O indicado como receita/ton inclui apenas as tarifas fixas e variáveis.

Nota: os números indicados dizem respeito ao total do ano civil, salvo os de 2005 que dizem respeito ao período de Março a Dezembro.



Nota: Os valores apresentados para o ano 2005 correspondem ao total de toneladas de indiferenciados recolhidos pela Câmara Municipal de Tavira (Janeiro e Fevereiro) e pela Taviraverde (Março a Dezembro).

6.1. Melhoria da qualidade do serviço prestado e lavagem de contentores

Os programas de controlo da qualidade do serviço com a efetivação de inspeções semanais aleatórias aos diversos circuitos, mantiveram-se durante todo o ano de 2015. Estes programas foram cumpridos a 100% relativamente ao planeado.

Foram lavados em estaleiro cerca de 1100 contentores por mês e foi cumprido o planeamento das lavagens dos marcos de deposição da contentorização enterrada (RSU e Recicláveis) com a periodicidade definida de acordo com a época do ano, ou seja: Janeiro a Abril, Novembro e Dezembro - mensal; Maio, Junho, Setembro e Outubro - 1ª e 3ª semana de cada mês; Julho e Agosto - semanal durante todo o mês.

O equipamento de movimentação de contentores para lavagem, instalado no ano anterior funcionou normalmente, tratando-se de uma mais-valia para esta atividade.



Foi executado um refeitório no espaço dos serviços de higiene e limpeza, foram instalados vários ar-condicionados, frigoríficos e micro-ondas em diversas instalações.

Foi substituído integralmente um sistema de contentorização enterrada em Santa Luzia.

Está em curso a aquisição de uma varredoura de 4m3.

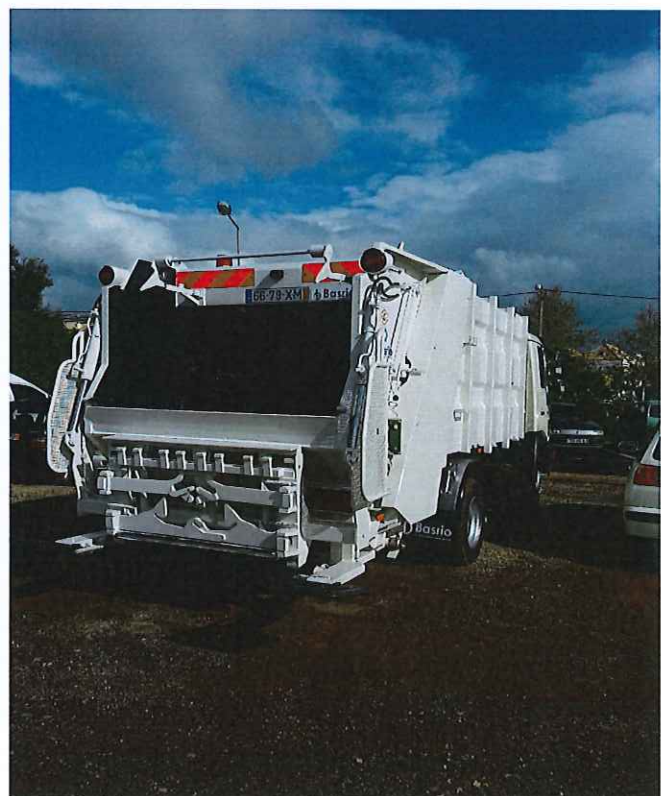
Aquisição de máquina de alta pressão para lavagem dos contentores e soprador de mochila para limpeza urbana.

Reabilitação total de duas viaturas pesadas de RSU. 66-79-XM e 48-97-HH.

Reabilitação do casco do barco "Estrela da Ilha".



Reabilitação viatura de RSU 48-97-HH



Reabilitação viatura de RSU 66-79-XM

Handwritten blue scribbles and a black 'X' mark on the left margin.



Reparação do casco da embarcação “Estrela da Ilha”



Máquina de alta pressão para lavagem de contentores



Contentores enterrados em Santa Luzia



Refeitório da Recolha e limpeza



Refeitório Etar de Tavira

7. Jardins

Esta atividade é desenvolvida no âmbito do contrato programa de espaços verdes celebrado com o Município de Tavira, que foi renovado e atualizado em 2015. A manutenção contratada contempla cerca 202 espaços verdes, o valor do contrato foi atualizado à taxa de inflação assim como ao aumento do número de espaços, passando para 1.260.000 € mais Iva. Neste período foram efetuadas diversas obras de requalificação / manutenção nas instalações do viveiro.



Foi iniciada a reabilitação do espaço dos viveiros, instalado um equipamento de ar condicionado no escritório, substituídas várias janelas, portas e portão, com o objetivo de durante a primavera de 2016 executar a pintura interior e exterior destas instalações e terminar o balneário. Foram adquiridos vários equipamentos roçadores, cortasebes, soprador, motosserra e podadora em altura.



7.1. Tratamento de pragas de plantas e jardins

Foram identificadas diversas pragas em plantas (árvores, arbustos e herbáceas) em espaços públicos que mereceram a maior atenção com a realização de diversos tratamentos fitossanitários, com produtos homologados.

Durante algumas épocas do ano, nomeadamente na Primavera /Verão, é frequente surgirem as pragas, principalmente de afídios, ácaros, cochonilhas e processionária, o que provoca algum desconforto na população, nomeadamente ao nível de produção de meladas, provocando sujidade/danos de ruas, viaturas, etc.

Estas pragas são difíceis de controlar, contudo a Taviraverde faz um planeamento de intervenções preventivas para minimizar o problema e evitar a insatisfação dos clientes.

7.2. Praga das palmeiras em Portugal

Esta praga (*Rhynchophorus ferrugineus*) continuou a atacar as palmeiras, tendo levado mesmo à morte e abate de mais 11 palmeiras.

Foi efetuado o planeamento e os respetivos tratamentos (preventivos/curativos), nas palmeiras (54), mais emblemáticas do Concelho, constantes no contrato de gestão.



7.3. Aplicação de produtos fitofarmacêuticos

De acordo com a lei n.º 26/2013, em 2014 foi constituído o processo de autorização para o exercício da atividade de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos em zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação, que culminou com a autorização n.º 022-AT-ZU/ZLVC, emitida pelo DGAV em 27 de janeiro de 2015.

8. Limpeza de Praias

Os serviços de limpeza do areal, WC's públicos, posto de socorros e envolventes de praias e estacionamento, acessos/passadeiras e respetivas envolventes, foram efetuados conforme planeado e previsto no contrato de gestão para a limpeza das praias, celebrado entre a Câmara e a Taviraverde EM.

Os serviços de limpeza mecânica do areal foram cumpridos e com elevada qualidade tendo sido usado o equipamento (máquina de limpeza de praia e trator) recentemente adquirido.

A recolha e transporte de resíduos foram efetuados como planeado.

No ano de 2015, o transporte de parte dos recicláveis (Embalagens, Metais e Papel), recolhidos pela Taviraverde continuou a ser feito por uma empresa externa – Ambilinha – a partir do cais de descarga em Tavira para a estação de transferência da Algar por sacos, o que não nos permite quantificar, com rigor, a quantidade em termos de pesagem.

Tanto na Ilha de Tavira como na de Cabanas, foram recolhidos e colocados em locais isolados para posterior trituração, alguns resíduos orgânicos, sobretudo canas e restos de árvores, que deram à costa e outros resíduos vegetais resultantes de abates (plantas mortas), podas de árvores e arbustos.

Reorganizámos a rede de ecopontos da ilha de Tavira, com colocação de nova sinalética, alterando localizações e aumentando capacidades de deposição e demos continuidade à gestão dos ecopontos da Ilha de Cabanas. Os conjuntos de ecopontos do Barril e da Terra Estreita funcionaram normalmente.

Para a realização dos trabalhos estiveram afetos 16 funcionários (incluindo o pessoal dos barcos) e 1 encarregado a tempo parcial.

Em termos de equipamentos estiveram envolvidos os seguintes:

- 2 Barcos;
- 1 Camião pesado com tração às quatro rodas;
- 3 Tratores com caixa de carga, em que um trabalha também com a máquina de limpeza de praia;
- 1 Trator e 2 máquinas de limpeza de praia acopladas;
- 1 Moto 6;
- 1 Máquina pequena de limpeza de praias;
- 1 Pick-up;
- 1 Viatura de recolha de indiferenciados;
- 1 Atrelado para trator;
- 2 Gruas de carga e descarga,
- 1 Soprador para limpeza de passadeiras;
- 1 Motosserra.

Destes, no presente ano foi adquirido um trator para substituição do existentes e mais uma máquina de limpeza de praias para reforço do serviço.



As embarcações ao serviço das praias, "Medo das Cascas" e "Estrela da Ilha" foram objeto de trabalhos de manutenção / reparações.

Foi efetuada antes do início da época balnear, a manutenção/revisão geral das gruas do "cais do lixo" da Ilha e do cais junto ao Pingo Doce, permitindo operar de forma mais eficaz e em melhores condições de segurança.

O cais dos resíduos e mercadorias "pesadas" da Ilha que tinha sido objeto de reparação o ano passado funcionou normalmente, tendo os concessionários instalado um pequeno equipamento de movimentação de cargas ligeiras.

Efetuu-se a reparação e/ou substituição de passadeiras degradadas e o respetivo reperfilamento.

Foi dada colaboração, às diferentes ações efetuadas e/ou apoiadas pela Câmara ao longo deste período, nomeadamente à gestão do parque de campismo, às do âmbito das bandeiras azuis, à colocação de sinalética, deteção e reparação de roturas nos balneários, à corrida mar azul, construções na areia, bombeiros municipais e fundação Vodafone. Também foi dada colaboração às obras efetuadas nas zonas balneares, nomeadamente, parque de campismo, Wc's públicos, concessões da Ilha de Tavira, Terra Estreita, Barril e Cabanas, apoio no transporte de equipamentos para a ilha de Cabanas e ao abate de pinheiros mortos na Ilha.

Também foi efetuado ao longo deste ano o transporte de mercadorias para os concessionários.

Neste período foram arrojados, 1 golfinho, 9 tartarugas, 2 baleias e um peixe de grande porte.

Foram eliminados rebentos de acácias junto aos caminhos para permitir a segurança na circulação de viaturas e retiradas árvores desta espécie que se encontravam caídas na água, por efeito da erosão.

Houve continuidade do aluguer dos 2 contentores e Wc's para apoio ao pessoal e arrumo de ferramentas e equipamentos.

Manteve-se o horário de cobertura dos serviços de limpeza da Ilha de Tavira que tinham sido estabelecido no ano anterior.

Foram feitas ainda ações de sensibilização ambiental junto dos concessionários no sentido de efetuarem a reciclagem dos resíduos.

9. Limpeza Urbana

A limpeza urbana (varredura manual e varredura mecânica) no concelho de Tavira está organizada em 26 circuitos, abrangendo os perímetros urbanos da cidade e freguesias com exceção da de Cachopo.

Em 2010 verificou-se ser necessário criar o circuito de verão (zona central da cidade), em virtude de se tratar de uma zona de elevada afluência da população, o que levou a uma maior necessidade na frequência de limpeza, continuando este serviço a ser efetuado durante o ano de 2015.

Para fazer face às necessidades de pessoal, nomeadamente a não substituição de colaboradores que regressaram à Câmara, que se aposentaram, baixas e faltas, houve necessidade de se unir circuitos e reduzir frequências em zonas menos críticas, nas épocas baixas.

Durante o ano decorrem algumas Festas/Eventos nas ruas; a Taviraverde garantiu a limpeza nestas ocasiões (passagem de ano, carnaval, festa de verão, chegada das voltas, etc.).

O sector de limpeza da Taviraverde também é responsável pela limpeza das sarjetas. Anualmente, no início do mês de Setembro, realiza-se este trabalho preventivo, de modo a que, quando chegarem as primeiras chuvas não se registem quaisquer problemas, considerando que estamos numa zona de risco permanente de cheias. Este trabalho é efetuado/acompanhado durante todo o período chuvoso.

Esta é uma atividade que tem vindo a aumentar, em virtude da entrega de novos loteamentos e espaços públicos, sendo, a partir dessa data, necessário incluir o mesmo num circuito da limpeza.

Iniciou-se o procedimento para aquisição de uma nova varredoura de 5m³.

10. Sistema Gestão da Qualidade

A empresa encontra-se no 3º ciclo de Certificação pela norma ISO 9001:2008 – Sistemas de Gestão da Qualidade (certificado nº 2008/CEP-3175), tendo sido efetuada a 1ª auditoria de acompanhamento deste ciclo em 2015.

Está em curso a implementação do sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho, nomeadamente com a elaboração da matriz de riscos para cada uma das atividades identificada; este processo deverá ficar concluído em 2016.

10.1. Auditorias Externas e Internas

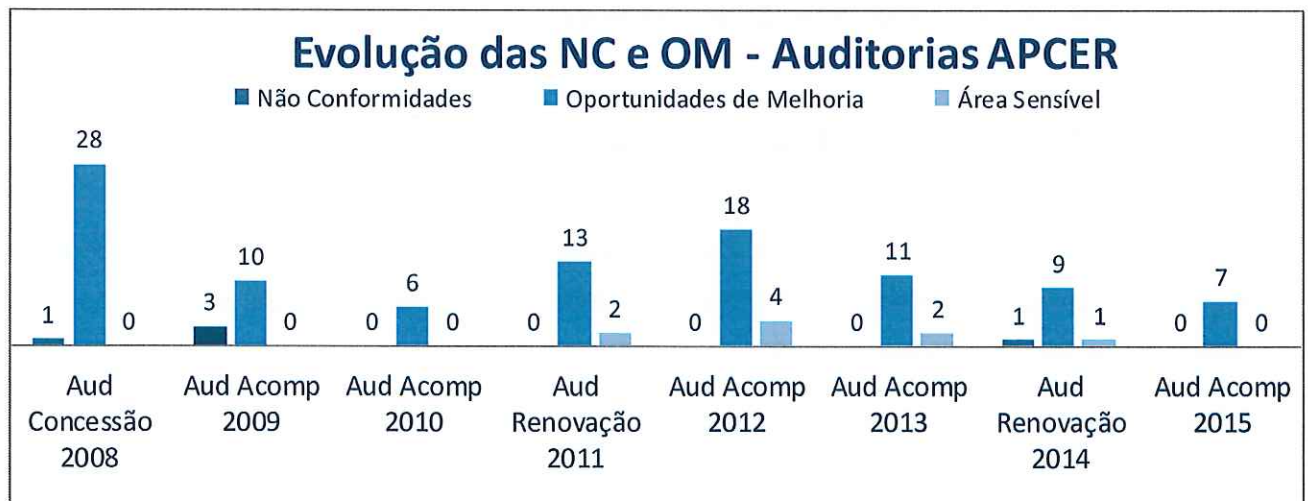
Foi cumprido o Plano Anual de Auditorias referente a 2015, tendo havido algumas alterações relativamente à sua 1ª versão do ano (ed.19), nomeadamente:

- a eliminação da auditoria interna nº 01/2015 prevista para o início do ano – de seguimento às ações resultantes das auditorias anteriores – foi substituída por reuniões para análise dessas ações;
- a eliminação da auditoria interna nº 02/2015 prevista para o final do ano – relativa à documentação do SGQ.

Não foram assim realizadas auditorias internas no decurso do ano civil, dado que a última auditoria realizada à totalidade do SGQ tinha sido em Novembro do ano anterior.

Essa auditoria interna foi realizada de 11 a 21 de Novembro de 2014 (com duração de 5 dias e uma equipa de auditores internos), e o âmbito foi a verificação da conformidade da prática com os procedimentos definidos na documentação em vigor e a norma de referência, com especial incidência para o controlo de documentos e registos. Pretendia ser inicialmente apenas para verificação da conformidade documental, mas decidiu-se alterar este âmbito para passar a incluir a totalidade do SGQ e assim servir de preparação à Revisão do SGQ do ano de 2014 (efetuada em Mai2015). Nesta auditoria, foram constatadas 6 NC e 23 OM.

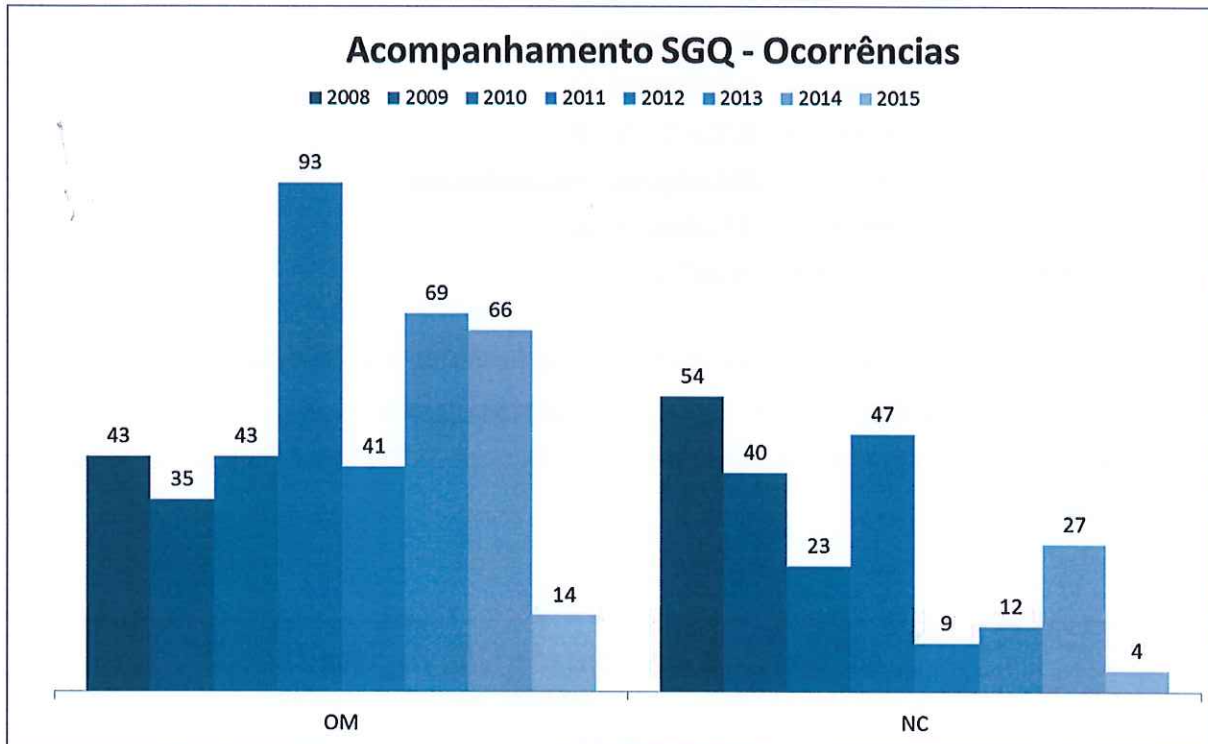
Relativamente à Auditoria de Acompanhamento, realizada pela APCER em Junho de 2015, teve um resultado muito positivo (não foram constatadas não conformidade, nem áreas sensíveis, mas apenas 7 oportunidades de melhoria), pelo que foi considerado estarem reunidas as condições necessárias à manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) implementado.



10.2. Ações de Melhoria

No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução das ocorrências, desde a implementação dos SGQ até ao momento. Verifica-se uma diminuição generalizada do nº de ocorrências em 2015 relativamente aos anos anteriores, principalmente devida à não realização de auditorias internas no decorrer do ano civil.

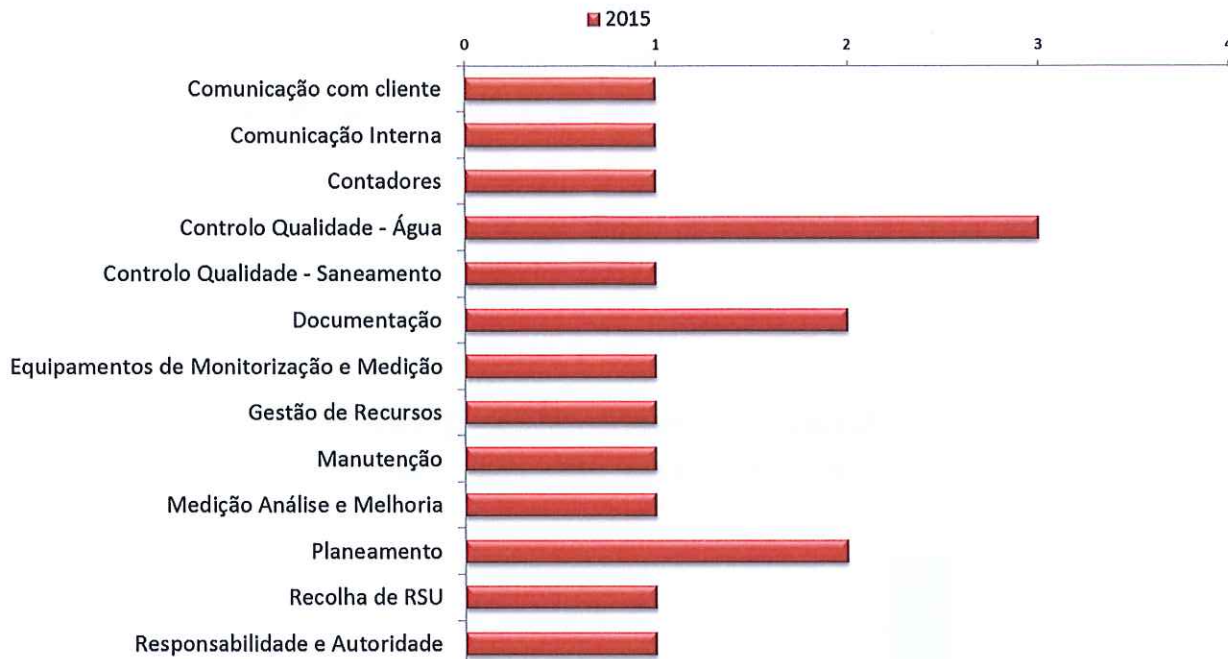
Destas ocorrências, 56% são sugestões ou constatações de colaboradores ou das reuniões de coordenação mensais, 39% apenas têm como origem constatações das auditorias e as restantes têm como origem a Revisão pela Gestão (6%).



Relativamente ao tipo de ocorrência, dado o número reduzido e diversidade de situações (conforme se constata no gráfico seguinte), não é possível tirar qualquer conclusão.

SGQ - Tipos de ocorrências registadas

(Inclui NC e OM)

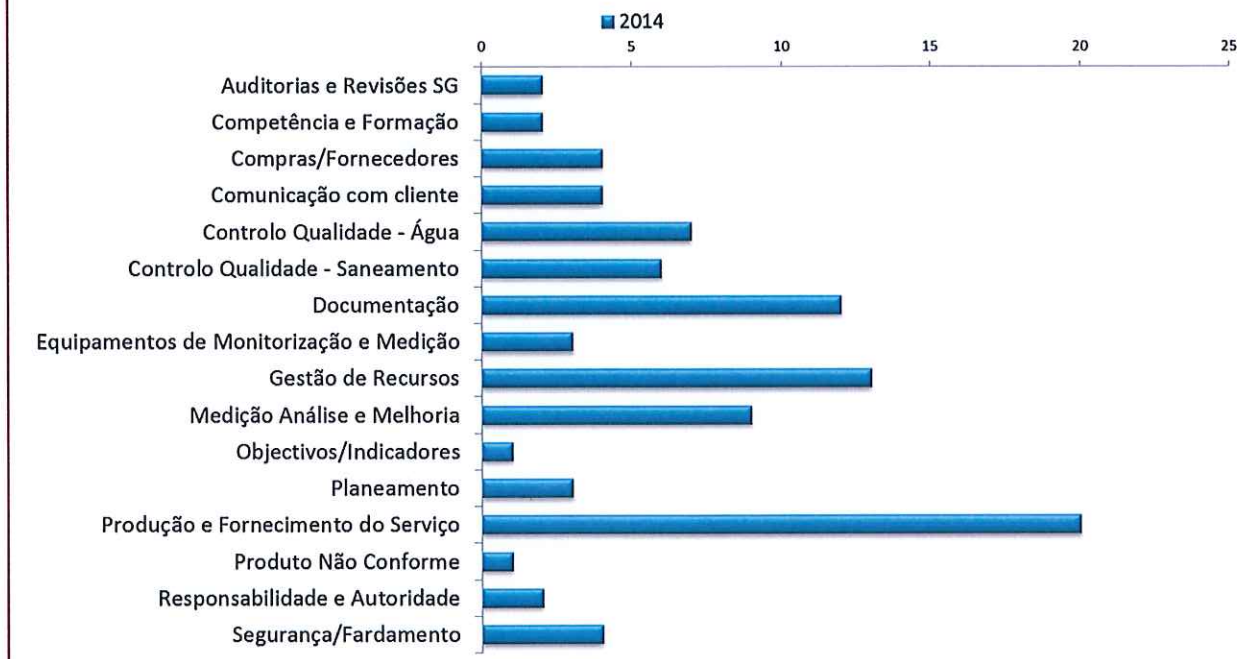


As causas destas ocorrências foram são usualmente actividades mal definidas nos procedimentos ou propostas de melhoria dos mesmos, e que foram alvo de revisão.

Esta análise será feita com maior detalhe na Revisão do SGQ pela Gestão, a realizar em Março/Abril de 2016.

SGQ - Tipo de ocorrências registadas

(Inclui NC e OM)

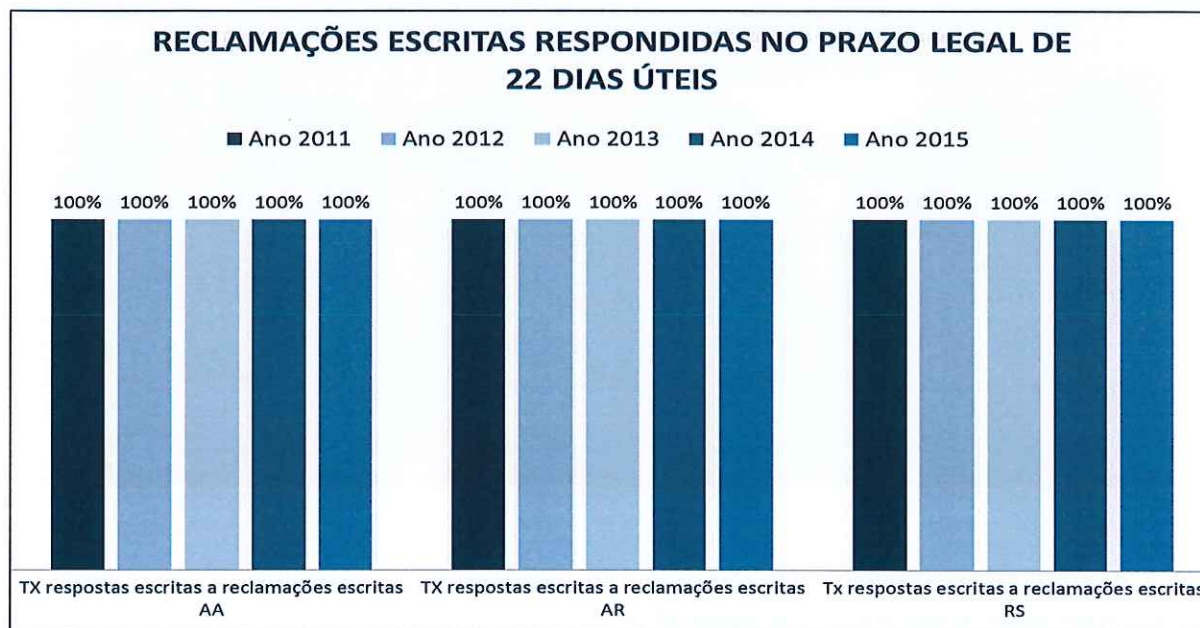


10.3. Reclamações e Sugestões de Clientes

Relativamente às respostas a todas as reclamações em 10 dias úteis (indicador interno), o indicador manteve-se em relação ao ano anterior, situando-se nos 96% na globalidade das respostas. As respostas escritas a todas as reclamações escritas mantêm-se nos 100%.

A análise referente ao tipo de reclamações recebidas e a sua afectação aos diferentes departamentos será analisada e discutida na próxima Revisão do Sistema de Gestão. Mantém-se em 2015 o cumprimento integral do prazo legal de 22 dias úteis para respostas escritas a reclamações escritas (indicador ERSAR).

Foi no entanto reportado um erro neste indicador na Ficha da ERSAR relativa à qualidade de serviço de Resíduos, situação que foi reclamada junto daquela entidade.



10.4. Avaliação da Satisfação dos Clientes

A avaliação da satisfação do cliente relativa aos serviços prestados em 2015 está ainda a decorrer. Foi adotado um novo método para esta auscultação, que substitui o anterior feito por telefone, e que é o envio do inquérito via email aos clientes da empresa e a sua disponibilização no site.

Também esta análise será feita com maior detalhe na Revisão do SGQ pela Gestão a realizar em Março/Abril de 2016.

10.5. Avaliação de Fornecedores

O processo de avaliação dos fornecedores, relativamente a 2015, encontra-se a decorrer. No entanto, no registo do produto não conforme, as evidências apontam para um bom desempenho na generalidade dos fornecedores.

11. Atividades de Educação Ambiental

20ª Feira de Caça, Pesca e do Mundo Rural – 10 a 12 de Julho 2015

A Tavoraverde esteve presente mais uma vez na 20ª Feira de Caça Pesca e do Mundo Rural, com uma exposição alusiva à reciclagem de resíduos.

O tema foi mais uma vez escolhido por se tratar de uma área em que anualmente os caçadores têm contribuído, através de campanhas de limpeza de matas e zonas rurais.

Também se disponibilizou um ponto de água da torneira, para todos os visitantes da Feira, promovendo-se desta forma o seu consumo.



Feira de Dieta Mediterrânica – Setembro 2015

Esteve presente na III Feira da Dieta Mediterrânica, que decorreu entre os dias 3 a 6 de Setembro, com duas campanhas, uma promovendo o consumo de água da torneira e outra sobre a importância da reciclagem.





Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

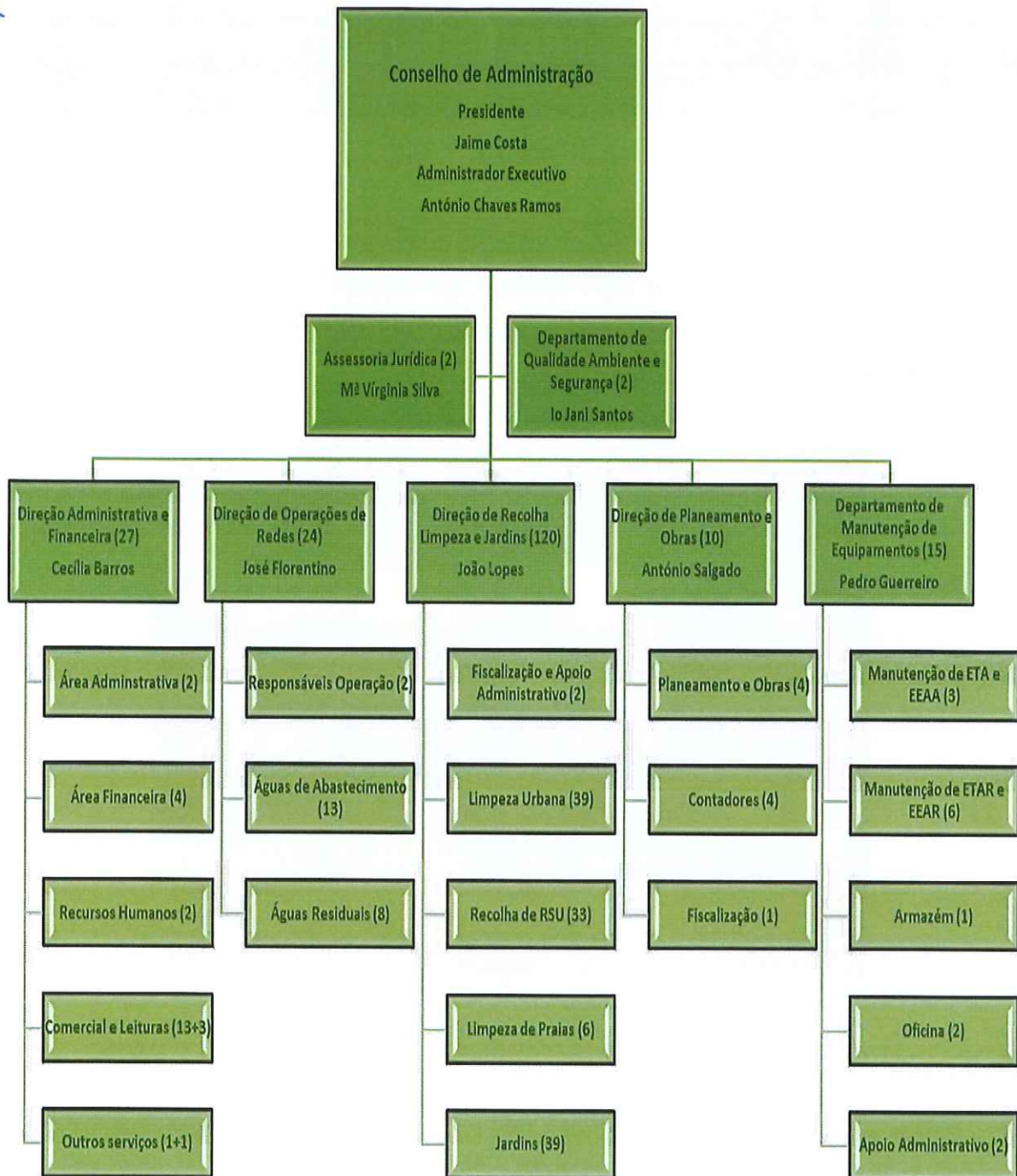
Feira de São Francisco – Outubro 2015

Esteve também presente na Feira de São Francisco, que decorreu entre os dias 2 a 4 de Outubro, com duas campanhas, uma promovendo o consumo de água da torneira e outra sobre a importância da reciclagem.



12. Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2015, o organograma funcional da empresa apresentava a seguinte estrutura:



O número de colaboradores da Taviraverde, EM, a 31/12/2015 era 202, tal como se pode verificar na tabela abaixo, verificando-se um aumento de 14 trabalhadores relativamente ao período homólogo do ano anterior. Este aumento deve-se, principalmente, à reposição das pessoas que saíram no último triénio.

O pessoal da empresa, em 2015, era formado por 36 colaboradores em cedência de interesse público dos quadros do Município, 162 do quadro da Empresa e quatro estagiários.

Nº de trabalhadores a 31 de Dezembro

	2013	2014	2015	Variação 15/14	
Homens	157	150	159	9	6,0%
Mulheres	42	38	43	5	13,2%
Total	199	188	202	14	7,4%

	2013	2014	2015	Variação 15/14	
Efetivos	152	148	162	14	9,5%
Em cedência de interesse público	44	37	36	-1	-2,7%
Estagiários	3	3	4	1	33,3%
Total	199	188	202	14	7,4%

Quanto à percentagem dos colaboradores da empresa distribuídos por sexo, verificou-se a existência de 79% do sexo masculino e 21% do sexo feminino.

Através da análise do quadro abaixo, verifica-se que em 2015 a empresa registou 27 entradas de colaboradores e 13 saídas, sendo 2 por aposentação, 1 por cessação da cedência de interesse público, 2 por iniciativa do colaborado e as restantes por cessação do contrato.

Movimento de pessoal no ano

	2013	2014	2015	Variação 15/14	
Entradas	23	17	27	10	58,8%
Saídas	13	27	12	-15	-55,6%
Saídas por reforma	3	3	2	-1	-33,3%
Saídas por outros motivos	10	24	10	-14	-58,3%

Na análise da antiguidade verifica-se que a maioria dos funcionários está na empresa quase desde a sua constituição, existindo nos quadros da empresa apenas 22 colaboradores com menos de 2 anos de antiguidade.

Antiguidade

	2013	2014	2015	Variação 15/14	
Antiguidade média dos trabalhadores	199	188	202	14	7,4%
Antiguidade - <2	40	18	22	4	22,2%
Antiguidade - 2-4	25	36	34	-2	-5,6%
Antiguidade - 5-7	46	33	31	-2	-6,1%
Antiguidade - 8-10	88	101	71	-30	-29,7%
Antiguidade - >10	0	0	44	44	NA

Na distribuição por níveis profissionais conseguimos observar que a grande maioria dos colaboradores faz parte do nível operacional e do nível Técnico e operário qualificado.

Distribuição por níveis profissionais

	2013	2014	2015	Variação 15/14	
Trabalhadores por níveis profissionais	199	188	202	14	7,4%
Administração	1	2	2	0	0,0%
Dirigentes	4	4	4	0	0,0%
Operacional	157	142	150	8	5,6%
Técnico e operário qualificado	32	35	39	4	11,4%
Técnico superior	5	5	7	2	40,0%

No que diz respeito à escolaridade dos colaboradores da Taviraverde, a maioria, 31%, completou o 1º ciclo do ensino básico, 24% dos colaboradores completaram o 9º ano ou equivalente e 19% completaram o 12º ano, os restantes encontram-se distribuídos pelos restantes níveis.

Nível de escolaridade

	2013	2014	2015	Variação 15/14	
Não sabe ler nem escrever	9	6	5	-1	-16,7%
Sabe ler e escrever sem possuir o 1.º ciclo do Ensino Básico	1	1	1	0	0,0%
1.º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)	68	62	62	0	0,0%
2.º Ciclo do E.B. (6º ano ou equivalente)	26	25	29	4	16,0%
3.º Ciclo do Ensino Básico (9º ano ou equivalente)	49	46	49	3	6,5%
Ensino Secundário (12ºAno)	32	32	38	6	18,8%
Bacharelato	2	2	2	0	0,0%
Curso Técnico	1	1	1	0	0,0%
Licenciatura	10	12	13	1	8,3%
Mestrado	1	1	2	1	100,0%

A análise da estrutura etária dos trabalhadores da Tavraverde evidencia uma acentuada concentração de pessoas no escalão dos 50 aos 59 anos de idade (35%), centrando-se estes, em muitos casos, em funções operacionais.

Idade

	2013	2014	2015	Variação 15/14	
Idade média dos trabalhadores	40	38	40	2	6,4%
Trabalhadores por estrutura etária	199	188	202	14	7,4%
Idade - <30	27	22	21	-1	-4,5%
Idade - 30-39	50	50	54	4	8,0%
Idade - 40-49	47	39	45	6	15,4%
Idade - 50-59	60	66	70	4	6,1%
Idade - >=60	15	11	12	1	9,1%

A formação no ano de 2015 regista um aumento no número de participantes, no entanto houve uma redução bastante elevada no número de horas de formação (62,9%).

Formação

	2013	2014	2015	Variação 15/14	
Nº de horas de formação	2239,00	2727,00	1012,50	-1715	-62,9%
Nº de formandos	293	202	148	-54	-26,7%
Nº de participantes	196	59	115	56	94,9%

O aumento registado no número de horas de absentismo, comparativamente ao ano anterior, justificou-se essencialmente pelo acréscimo significativo no número de dias de ausência motivados pela ocorrência de situações de baixa prolongada e acidentes de trabalho, bem como pelo aumento de ausências por licença de maternidade e paternidade.

Absentismo

	2013	2014	2015	Variação 15/14	
Taxa de absentismo	3,75%	5,06%	4,95%	-0,001	-2,2%
Horas de absentismo	13814	19782,50	20049	266,50	1,3%

Acidentes de trabalho

	2013	2014	2015	Variação 15/14	
Nº de acidentes de trabalho	10	21	19	-2	-9,5%
Nº de dias de acidente trabalho	204	515	920	405	78,6%
Índice de frequência	27	60	47	-13	-21,5%
Índice de incidência	50,48	105,57	95	-11	-10,0%

Relativamente ao número de horas de trabalho suplementar, verificou-se uma redução 28,1%. Esta redução foi possível através da contratação dos novos colaboradores. Verifica-se ainda a necessidade de reforço no quadro de pessoal, dado que a taxa de trabalho suplementar continua a ser representativa.

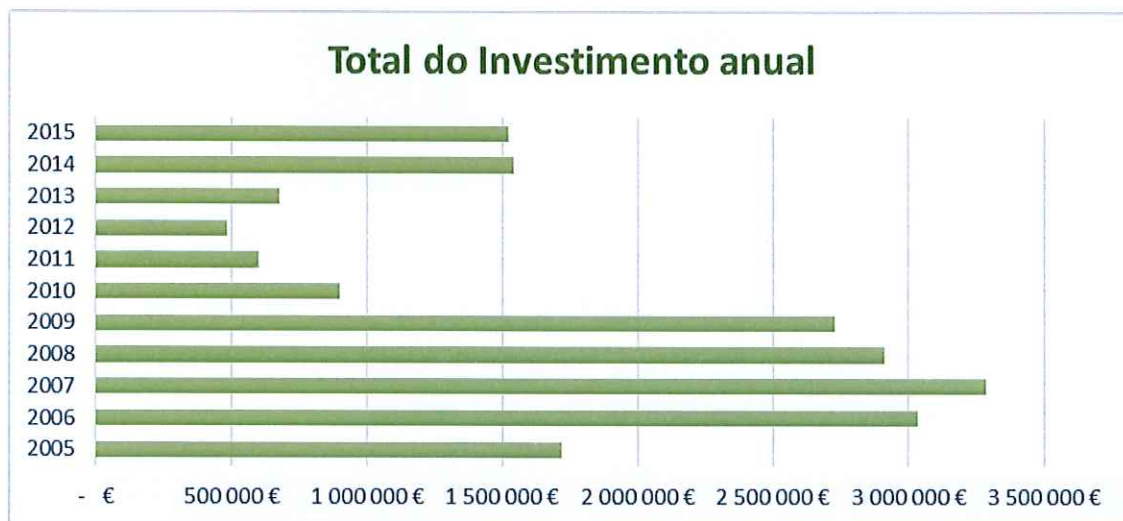
Trabalho suplementar

	2013	2014	2015	Variação 15/14	
Horas de trabalho suplementar	3499	4299	3090	-1209	-28,1%
Nº de funcionários	199	188	202	14	7,4%
Média por funcionário	18	23	15	-8	-33,1%
Taxa de trabalho suplementar	0,91%	1,10%	0,76%	-0,003	-30,7%

13. Investimento

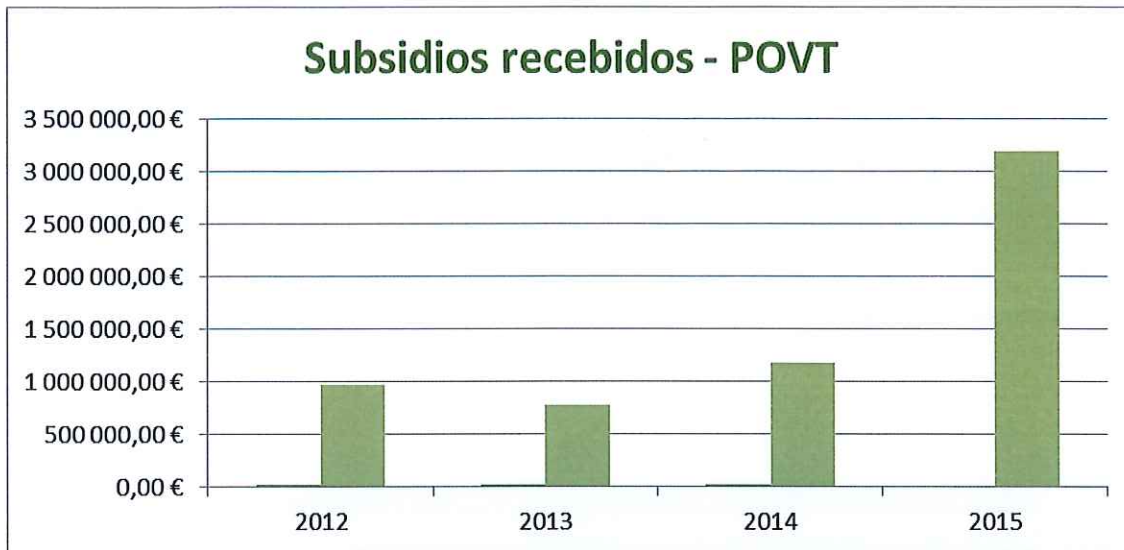
O investimento total realizado em 2015 ascende a € 1.522.721,39 os principais investimentos foram em redes de águas de abastecimento e em redes de águas residuais.

A Tavraverde nos seus dez anos de atividade fez um investimento de cerca 20 milhões de euros em infraestruturas e equipamentos, conforme gráfico abaixo.



A Tavraverde tem uma candidatura aprovada no POVT no valor de 6.906.003€, no gráfico abaixo podemos verificar os valores recebidos no âmbito da candidatura.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



O rácio de rotação do ativo tem subido ao longo do tempo o que significa uma melhor eficiência no aproveitamento dos ativos da empresa.

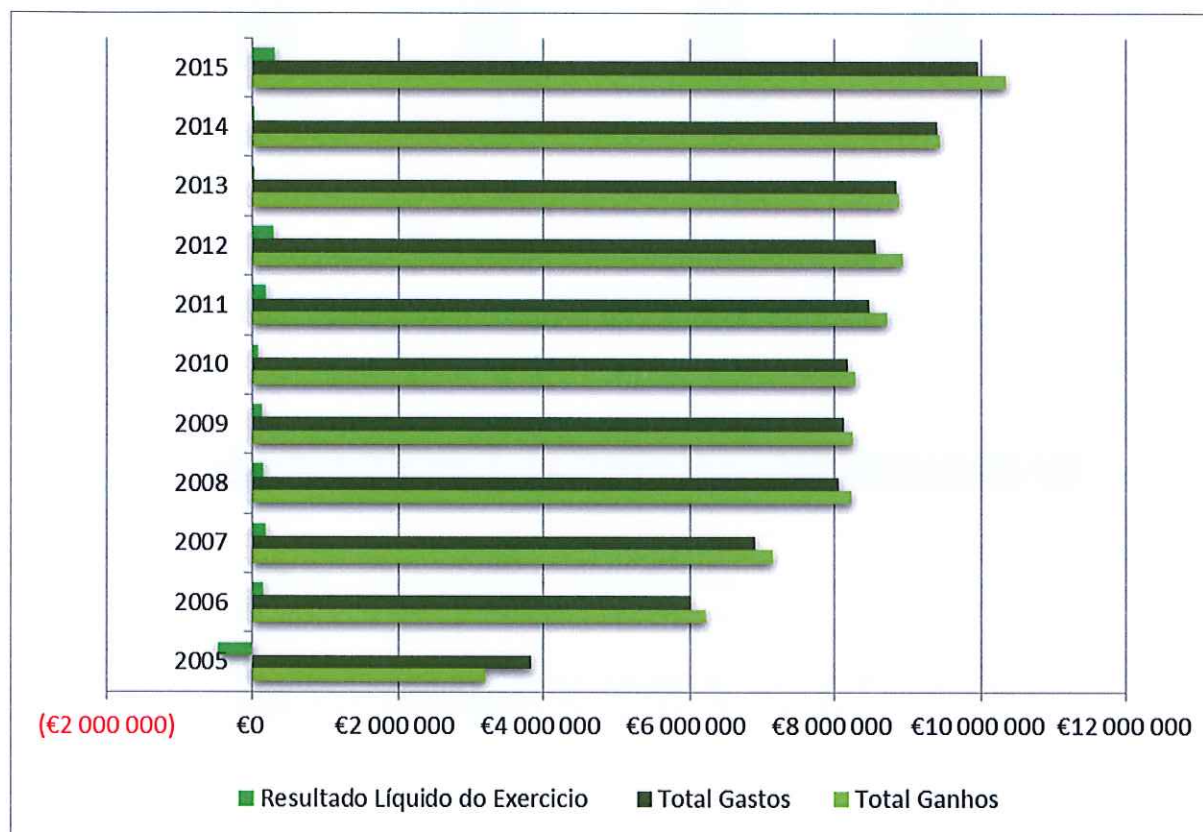
Rotação do Ativo		
	2014	2015
Vendas e prestação de serviços	7 768 602	8 226 478
Ativo Total	14 728 070	15 043 763
	0,527	0,547

O rácio do peso do ativo fixo tangível também tem subido ao longo do tempo o demonstrada o peso dos ativos fixos tangíveis, designadamente os edifícios/infraestruturas e equipamento básico.

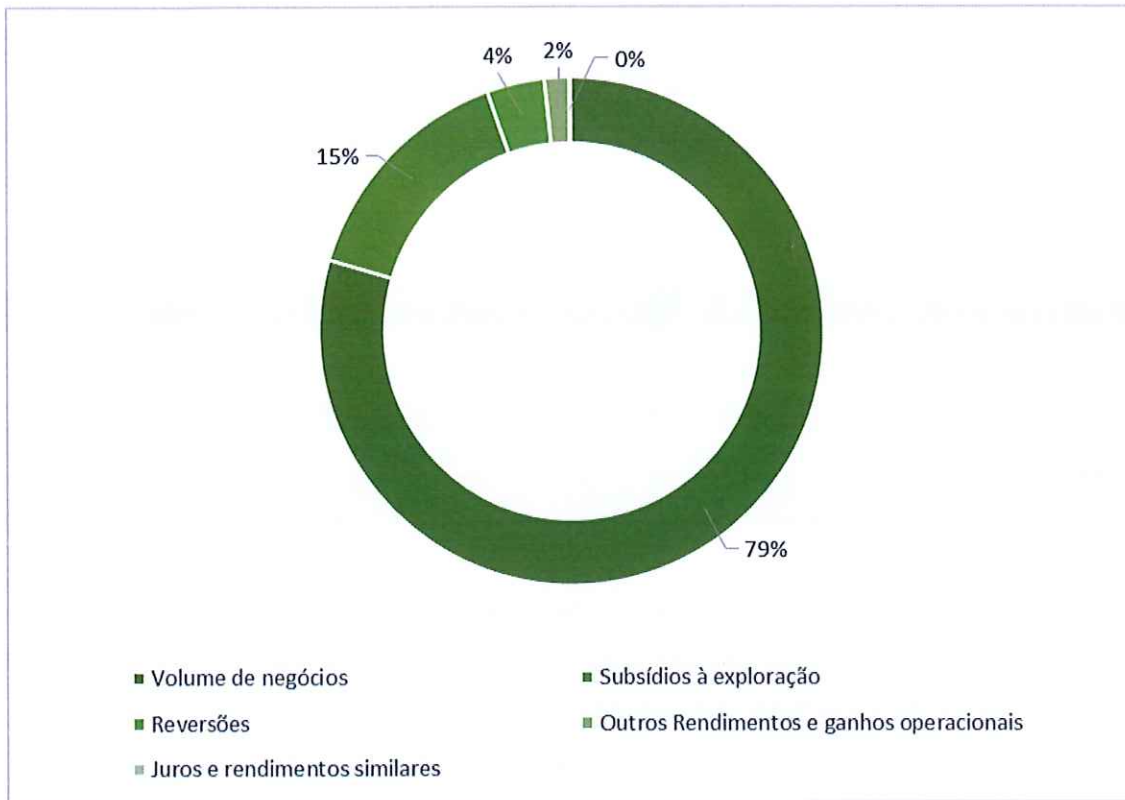
Peso do Ativo Fixo Tangível		
	2014	2015
Ativo Fixo Tangível	12 823 262	13 467 381
Ativo Total	14 728 070	15 043 763
	87%	90%

14. Situação económica ou financeira

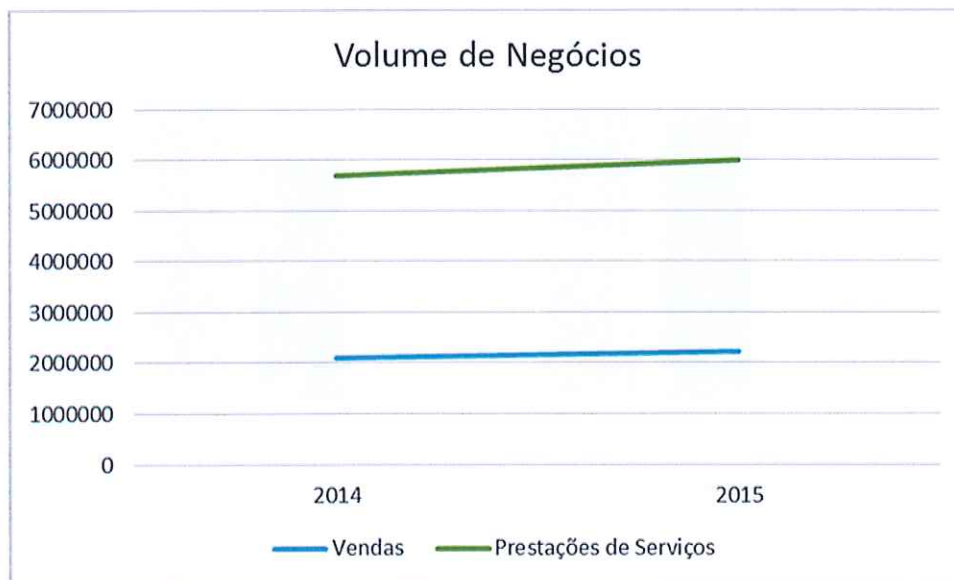
O ano de 2015 ficou marcado por um desempenho económico bastante positivo, tendo-se alcançado o melhor resultado de sempre da Tavraverde, concluiu o exercício com um total de rendimentos de 10,38 milhões de euros e um total de gastos de 9,95 milhões de euros. No gráfico seguinte podemos observar a evolução do total dos ganhos, gastos e resultados líquidos do exercício desde a constituição da empresa.



No que se refere à estrutura dos rendimentos e gastos, as rúbricas mais significativas são o volume de negócios e os subsídios à exploração que representam cerca de 79% e 15%, respetivamente, dos rendimentos totais da empresa, conforme gráfico abaixo.



O volume de negócios em 2015 acendeu os 8,2 milhões de euros, apresentando um crescimento de 5,89% relativamente ao ano anterior. Parte deste crescimento é justificado pelo aumento da procura (3%) por novos clientes, muitos dos quais surgiram pelo aumento da taxa de cobertura dos serviços de água e saneamento.



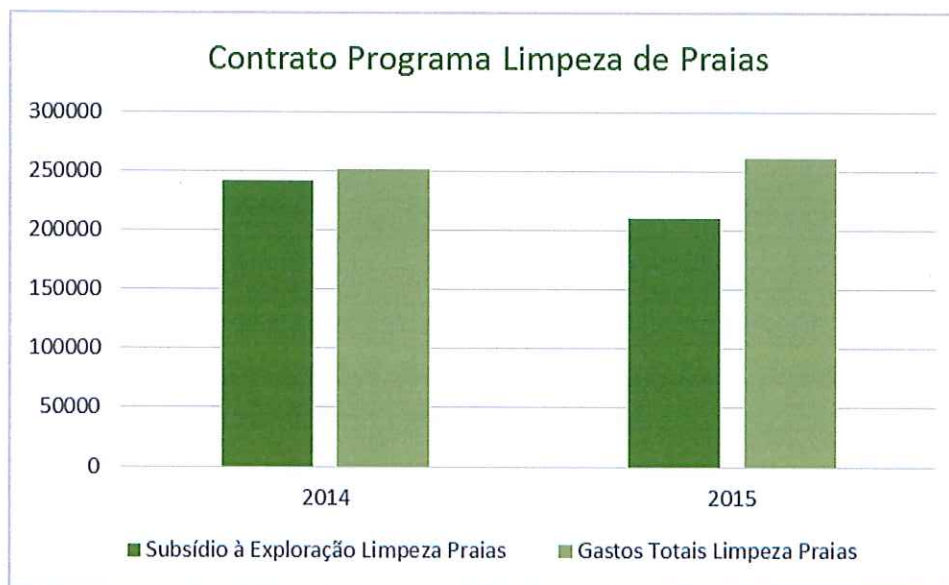
As principais atividades da empresa são: distribuição de água de abastecimento, recolha de águas residuais e a recolha de resíduos sólidos urbanos.

A atividade que mais contribuiu para os rendimentos da empresa foi a distribuição de água de abastecimento. As atividades do saneamento e recolha de resíduos sólidos estão equilibradas no que diz respeito a contribuição de rendimentos da empresa, como podemos verificar, na tabela seguinte:

Volume de Negócios por Atividades

	Águas de Abastecimento	Águas Residuais	Recolha de RSU's	Total
Volume Negócios	3 362 549	2 350 402	2 513 527	8 226 478
	41%	29%	31%	100%

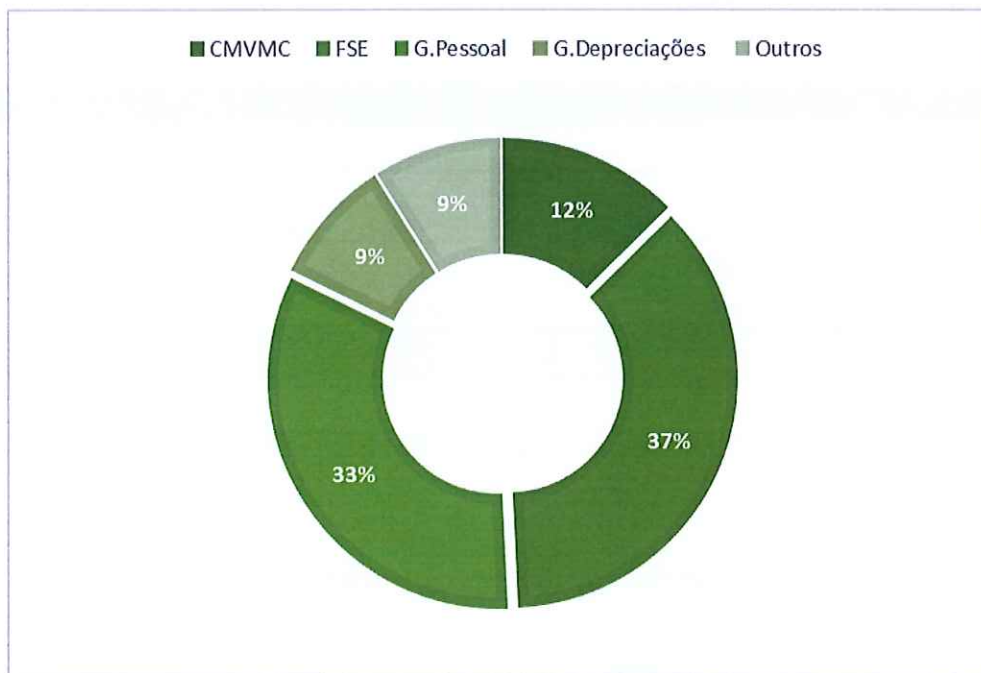
As compensações financeiras dos contratos para limpeza de praias e contrato programa para a gestão e manutenção dos espaços verdes públicos do concelho de Tavira, celebrados com o Município de Tavira, foram contabilizadas em subsídios à exploração, no valor de 1,5 milhões de euros. Estas compensações só cobriram parte dos gastos do serviço (81% no contrato para a limpeza das praias e 98% no contrato dos espaços verdes), tal como se pode verificar nos gráficos abaixo:





[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]

No que se refere a estrutura de gastos, as rubricas mais significativas são os Fornecimentos e Serviços Externos e os Gastos com Pessoal que representam cerca de 37% e 33%, respetivamente, dos gastos totais da empresa.



Em 2015 verificou-se uma redução nos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) de cerca de 2% relativamente ao ano anterior, conforme gráfico abaixo:



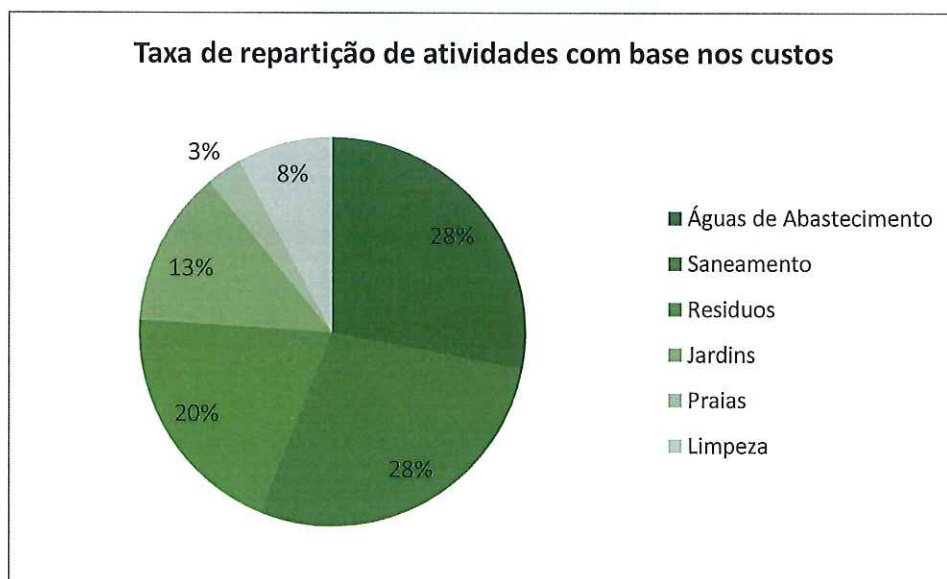
Os principais gastos nas atividades principais da empresa são os gastos com as entidades gestoras em alta (Águas do Algarve, SA e Algar, SA), relativamente a entrega de águas residuais e a recolha de RSU, respetivamente que representam 41% do total dos Fornecimentos e Serviços Externos.

A tabela abaixo demonstra o peso que representam os gastos com as entidades gestoras em alta, nos gastos específicos da atividade:

Gastos com Entidade Gestora em Alta

	Águas de Abastecimento	Águas Residuais	Recolha de RSU's
Gastos com Entidade Gestora em alta	910 772	657 998	520 622
Total de Gastos Específicos da Atividade	2 186 716	2 251 244	1 391 646
	42%	29%	37%

O gráfico abaixo demonstra a contribuição dos gastos de cada uma das atividades para os gastos totais da Taviraverde.



Os rácios de estrutura financeira apresentam uma melhoria, devido à diminuição do financiamento bancário de médio longo prazo, bem como a diminuição da dívida a fornecedores. Em 2015 foram efetuadas amortizações de capital no valor de 1.080 mil euros dos empréstimos bancários de médio longo prazo.

Autonomia Financeira		
	2014	2015
Capitais Próprios	3 293 166	4 302 719
Ativo Total	14 728 070	15 043 763
	22%	29%

Endividamento		
	2014	2015
Passivo Total	11 434 904	10 741 044
Ativo Total	14 728 070	15 043 763
	78%	71%

O rácio de liquidez geral sofreu um agravamento devido ao aumento dos empréstimos bancários de curto prazo.

Liquidez Geral		
	2014	2015
Ativo Corrente	1 896 518	1 569 091
Passivo Corrente	4 210 662	4 563 387
	45%	34%

Em 2015 verificou uma melhoria acentuada na rentabilidade dos capitais próprios.


Rendibilidade dos Capitais Próprios		
	2014	2015
Resultado Líquido	3 116	301 938
Volume Negócios	7 768 602	8 226 478
Capitais Próprios	3 293 166	4 302 719
Ativo Total	14 728 070	15 043 763
	0,005%	0,574%



15. Proposta de aplicação de resultados

As contas, respeitantes ao exercício de 2015, conduziram a um resultado positivo de 301.937,85€ para o qual o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição:

- 301.937,85€ (trezentos e um mil, novecentos e trinta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos) para distribuição de dividendos aos acionistas.



O Conselho de Administração propõe também o valor registado na conta de resultados transitados anteriores:

- 621.024,01€ (seiscentos e vinte e um mil e vinte e quatro euros e um cêntimo) para distribuição de dividendos aos acionistas.

16. Agradecimentos

O Conselho de Administração da Tavraverde quer agradecer a todos os que contribuíram para os bons resultados da empresa no ano de 2015, designadamente:

- Aos Clientes;
- Aos Colaboradores;
- Aos Titulares dos Órgãos Sociais;
- Aos Acionistas;
- Aos Fornecedores;
- Aos Bancos;
- Às Entidades Reguladoras

Tavira, 25 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração

Jaime Luís Fernandes Costa
(Presidente)

António Manuel Dias Chaves Ramos
(Administrador)

João Pedro da Conceição Rodrigues
(Administrador)

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.

BALANÇO

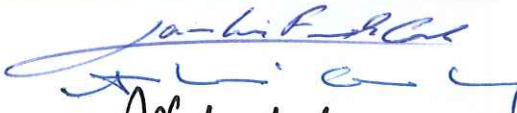
PERÍODO FINDO EM: 31 de Dezembro de 2015

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2015	2014
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	3, 8, 9	13 467 381,33	12 823 261,99
Propriedades de Investimento			
Goodwill			
Ativos Intangíveis	3, 7	5 906,92	7 477,21
Ativos Biológicos			
Partes Financeiras - Método da Equivalência Patrimonial			
Partes Financeiras - Outros Métodos			
Acionistas/Sócios			
Outros Ativos Financeiros	3	1 383,98	812,35
Ativos por Impostos Diferidos			
		13 474 672,23	12 831 551,55
Ativo Corrente			
Inventários	3, 11	141 459,30	142 099,73
Ativos Biológicos			
Clientes	3, 6, 17	598 828,59	721 705,05
Adiantamentos a Fornecedores			
Estado e Outros Entes Públicos	3, 19	192 450,46	113 333,16
Acionistas/Sócios			
Outras Contas a Receber	3	58 688,84	92 543,62
Deferimentos	19	32 941,68	145 385,98
Ativos Financeiros detidos para negociação			
Outros Ativos Financeiros			
Ativos Não Correntes Detidos Para Venda			
Caixa e Depósitos Bancários	3, 17	544 722,00	681 450,60
		1 569 090,87	1 896 518,14
TOTAL DO ATIVO		15 043 763,10	14 728 069,69
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Realizado	3, 17	50 000,00	50 000,00
Ações (quotas) Próprias			
Outros Instrumentos de Capital Próprio		246 103,50	246 103,50
Prêmios de Emissão			
Reservas Legais	3	10 000,00	10 000,00
Outras Reservas			
Resultados Transitados	3	621 024,01	617 907,94
Ajustamentos em Ativos Financeiros			
Excedentes de Revalorização			
Outras Variações no Capital Próprio	3, 14, 16	3 073 653,79	2 366 038,49
Resultado Líquido do Exercício		301 937,85	3 116,07
Interesses minoritários			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		4 302 719,15	3 293 166,00

RUBRICAS		Períodos	
		2015	2014
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	13	788 025,09	658 429,27
Financiamentos Obtidos	3, 9, 10, 13	5 070 141,05	6 266 010,24
Responsabilidades Pós-Emprego			
Passivos por Imposto Diferidos		0,00	0,00
Outras Contas a Pagar		319 491,21	299 801,94
		6 177 657,35	7 224 241,45
Passivo Corrente			
Fornecedores	3, 6, 17	1 816 650,62	2 148 787,08
Adiantamento de Clientes			
Estado e Outros Entes Públicos	3, 19	160 860,73	99 946,14
Acionistas/Sócios			
Financiamentos Obtidos	3, 10, 17	909 000,00	380 000,00
Outras Contas a Pagar	3, 6, 17	1 640 760,46	1 477 300,32
Diferimentos	3	36 114,79	104 628,70
Passivos Financeiros detidos para negociação			
Outros Passivos Financeiros			
Passivos Não Correntes Detidos para Venda			
		4 563 386,60	4 210 662,24
TOTAL DO PASSIVO		10 741 043,95	11 434 903,69
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		15 043 763,10	14 728 069,69

Técnica Oficial de Contas

 Cecília Maria Mendonça Barros


 Conselho de Administração
 Presidente - Jaime Luís Fernandes Costa
 Vogal - António Manuel Dias Chaves Ramos
 Vogal - João Pedro da Conceição Rodrigues

TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.

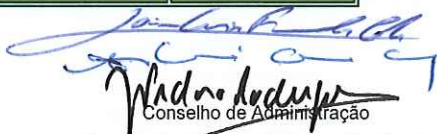
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM: 31 de Dezembro de 2015

Rendimentos e Gastos		Períodos	
		2015	2014
Vendas e Serviços Prestados	3, 6, 12, 19	8 226 478,10	7 768 602,27
Subsídios à Exploração		1 559 010,77	1 126 945,48
Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos			0,00
Variação de Inventários na Produção			0,00
Trabalhos Para a Própria Empresa	3, 10		0,00
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias consumidas	11	-1 257 128,58	-1 170 164,00
Fornecimentos e Serviços Externos	3, 6, 19	-3 649 689,22	-3 706 747,09
Gastos com o Pessoal	6	-3 278 970,96	-3 003 460,55
Ajustamentos de Inventários		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber	17	-31 810,43	226 682,10
Provisões		-133 336,80	-281 944,57
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos / Reduções de Justo Valor		0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	17, 19	164 385,70	181 118,39
Outros Gastos e perdas		-40 065,66	-122 529,29
Resultado antes de Depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 558 872,92	1 018 502,74
Gastos/reversões de depreciações e de amortizações	7, 8, 9	-879 600,72	-901 312,37
Imparidade de Investimento depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		679 272,20	117 190,37
Juros e rendimentos similares obtidos	12	2 757,01	74 823,03
Juros e rendimentos similares Suportados	3, 9, 10	-298 973,99	-163 709,01
Resultado antes de impostos		383 055,22	28 304,39
Imposto sobre o rendimento do período	3, 16	-81 117,37	-25 188,32
Resultado Líquido do Exercício		301 937,85	3 116,07

Técnica Oficial de Contas

 Cecília Maria Mendonça Barros


 Conselho de Administração
 Presidente - Jaime Luís Fernandes Costa
 Vogal - António Manuel Dias Chaves Ramos
 Vogal - João Pedro da Conceição Rodrigues

TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

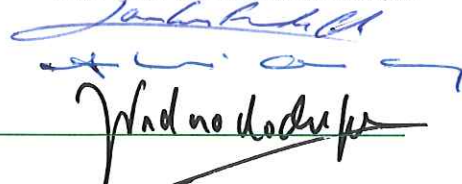
PERÍODO FINDO EM: 31 de Dezembro de 2015

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO			
Recebimentos de Clientes		9 207 817,61	8 552 213,63
Pagamento a Fornecedores		-5 337 257,86	-4 871 063,35
Pagamento ao Pessoal		-2 678 818,98	-2 646 472,86
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		1 191 740,77	1 034 677,42
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento		-32 261,21	62 157,29
Outros Recebimentos/Pagamentos		207 776,06	144 805,46
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		1 367 255,62	1 241 640,17
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1 628 479,81	-1 355 561,68
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiro			
Outros Ativos			
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiro			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento		934 397,60	1 175 012,11
Juros e rendimentos similares		458,35	397,41
Dividendos			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-651 014,76	-180 152,16
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2 225 000,00	1 118 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-2 776 635,03	-1 964 552,26
Juros e gastos similares		-258 725,33	-283 714,33
Redução de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-810 360,36	-1 130 266,59
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)		-136 728,60	-68 778,58
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO			
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERÍODO	4	681 450,60	750 229,18
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO		544 722,00	681 450,60

Técnica Oficial de Contas

 Cecília Maria Mendonça Barros


Conselho de Administração
 Presidente - Jaime Luís Fernandes Costa
 Vogal - António Manuel Dias Chaves Ramos
 Vogal - João Pedro da Conceição Rodrigues



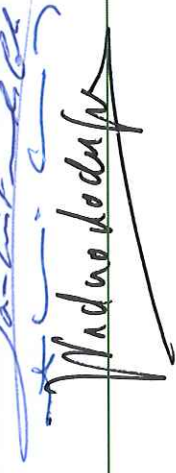
Entidade: TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.

Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2015 Euro

DESCRICÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em Ativos e Passivos Financeiros	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	7	50 000,00	246 103,50	10 000,00	0,00	0,00	0,00	2 366 038,49	617 907,94	3 116,07	3 293 166,00	0,00	3 293 166,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	2										0,00		0,00
Primeira adoção de novo referencial contabilístico													0,00
Alterações de políticas contabilísticas													0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis													0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações													0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	14, 16												0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14							707 615,30	3 116,07	-3 116,07	707 615,30		707 615,30
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							0,00	3 116,07	-3 116,07	707 615,30		707 615,30
	9												301 937,85
RESULTADO EXTENSIVO	10=8+9	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	707 615,30	3 116,07	298 821,78	1 009 553,15	0,00	1 009 553,15
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital													
Realizações de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
APLICAÇÃO DE RESULTADOS	11												
Constituição da Reserva legal				0,00									0,00
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados													0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	12	50 000,00	246 103,50	10 000,00	0,00	0,00	0,00	3 073 653,79	621 024,01	301 937,85	4 302 719,15	0,00	4 302 719,15
	13=7+8+9+11+12												

Técnica Oficial de Contas

 Cecília Maria Mendonça Barros

Conselho de Administração
 Presidente - Jaime Luís Fernandes Costa
 Vogal - António Manuel Dias Chaves Ramos
 Vogal - João Pedro da Conceição Rodrigues

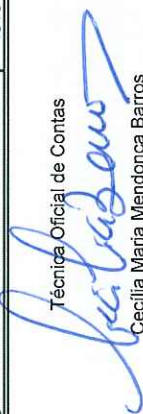


Entidade: TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.

Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2014

Euro

DESCRICÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em Ativos e Passivos Financeiros	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	Total		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1	50 000,00	246 103,50	10 000,00	0,00	0,00	0,00	1 554 340,63	597 920,72	19 987,22	2 478 352,07	0,00	2 478 352,07
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	2												0,00
Alterações de políticas contabilísticas													0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis													0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													0,00
Ajustamentos por impostos diferidos													0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2							811 697,86	19 987,22	-19 987,22	811 697,86		811 697,86
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2							0,00	19 987,22	-19 987,22	19 987,86		19 987,86
	3										3 116,07		3 116,07
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3										3 116,07		3 116,07
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 987,22	-16 871,15	814 813,93	0,00	814 813,93
Realizações de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações	5												
APLICACÃO DE RESULTADOS													
Constituição da Reserva legal				0,00									0,00
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados													0,00
4ª POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2013	6	50 000,00	246 103,50	10 000,00	0,00	0,00	0,00	2 366 038,49	617 907,94	3 116,07	3 293 166,00	0,00	3 293 166,00
	7=1+2+3+5+6												

Técnica Oficial de Contas

 Cecília Maria Mendonça Barros

Conselho de Administração
 Presidente - Jaime Luís Fernandes Costa
 Vogal - António Manuel Dias Chaves Ramos
 Vogal - João Pedro da Conceição Rodrigues



Anexo

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que se aplicam à Empresa, em referência ao exercício de 2015.

1. Identificação da entidade

Designação da sociedade

A empresa foi constituída em 28 de Fevereiro de 2005 com a denominação Tavraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.

Sede da empresa

A empresa tem a sua sede na Rua 25 de Abril, nº 1 – R/C Esq., 8800-347 Tavira

Natureza da actividade

A 1 de Março de 2005 a Empresa iniciou a sua actividade de gestão, exploração, manutenção e conservação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público, recolha e rejeição de águas residuais domésticas, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e higiene e limpeza pública, manutenção construção e gestão de espaços públicos no Concelho de Tavira.

Designação da empresa-mãe

A Tavraverde - Empresa Municipal de Ambiente E.M. é uma empresa municipal de capitais maioritariamente públicos e é detida em 51% pelo Município de Tavira .


Sede da empresa-mãe

A empresa-mãe tem a sua sede na Praça da República , 8800-951 Tavira.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Sistema de Normalização Contabilística

Em 31 de Dezembro de 2015, a preparação das demonstrações financeiras foi efectuada de acordo o Sistema de Normalização Contabilista (SNC).



Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não existem contas do balanço e da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adoptou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC;
- As NCRF em vigor na presente data.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adoptadas pela empresa foram as seguintes:

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens de sua propriedade utilizados na produção, prestação de serviços ou no uso administrativo.

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição e amortizados pelo método duodécimal utilizando as taxas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

b) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis correspondem aos programas informáticos, com contrato de continuidade, e são registados ao custo de aquisição.

Os contratos de manutenção dos referidos Ativos são contabilizados em gastos no exercício em que ocorrem.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando as taxas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

c) Subsídios ao Investimento

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de ativos tangíveis, estão registados no balanço na rubrica: Outras Variações no capital próprio.

Mensalmente é calculada e transferida para a conta de outros rendimentos e ganhos do exercício, a quota parte do montante do subsídio através do processo da amortização durante a vida útil do ativo.

d) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

d.1) Passivos por Impostos Diferidos

Os Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos passivos da Empresa.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Passivos por Impostos Diferidos:

- É efectuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço;

- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

d.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21 %.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

e) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas adotou-se o custo médio ponderado.

f) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas pelo justo valor da retribuição a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

A imparidade é determinada com base nos critérios económicos tendo em conta a legislação em vigor.

g) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rúbrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

h) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rúbrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;

i) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transacções e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

j) Rúbricas dos Capitais Próprios

j.1) Capital Realizado

O capital social encontra-se totalmente realizado à data das demonstrações financeiras.

j.2) Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efetuadas, em espécie, pelo acionista de direito público, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital e da Reserva Legal (art.º 32 do CSC).

j.3) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC)

j.4) Resultados Transitados

Esta rubrica inclui (i) Resultados Transitados apurados de acordo com Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (PCGA) anteriores a 2010 e (ii) Ajustamentos efetuados de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

j.5) Outras variações no capital próprio

Esta rubrica inclui os passivos por impostos diferidos de acordo com a alínea d) e os subsídios do governo de acordo com a alínea c).

k) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo nominal.

Estão registados os empréstimos bancários e as locações financeiras.

São também reconhecidos nesta rubrica os valores das prestações acessórias dos acionistas de direito privado. As prestações acessórias foram reclassificadas do capital próprio para o passivo, de acordo com o artigo 24º dos estatutos da empresa e do art.º 210 do CSC.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

l) Outras Contas a Pagar

As restantes contas a pagar não vencem juros, nem têm implícitos quaisquer juros, pelo que estão mensuradas ao custo.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

m) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas ao custo.

n) Vendas e Prestação de Serviços

As Vendas e as Prestações de Serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição, recebida ou a receber, deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

o) Trabalhos para a Própria Entidade

É contabilizada nesta rubrica a capitalização dos gastos de financiamento ocorridos durante a construção dos ativos.

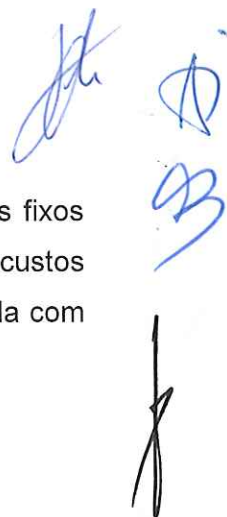
p) Fornecimento e Serviços Externos

São registados em FSE- Subcontratos todos os custos debitados por terceiros referentes a elaboração dos bens reversíveis.

q) Juros e Gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros bancários;
- Juros de financiamentos em locação financeira;
- Juros de Suprimentos



Os gastos financeiros de financiamentos obtidos relacionados com a elaboração de ativos fixos intangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes custos começa após o início da preparação das atividades de elaboração do ativo e é interrompida com o final da execução do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

Outras políticas contabilísticas relevantes

Não existem outras políticas contabilísticas de relevo para além das mencionadas no ponto 3.1.

Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

✓ **Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que a empresa opera.

Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte:

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

r) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

4. Fluxos de Caixa

Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos incluídos em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso à data das demonstrações.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõe-se da seguinte forma:

Caixa e Bancos		
	2015	2014
Caixa	1 900	1 750
Depósitos à Ordem	542 822	679 701
	544722	681 450

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não ocorreram, durante o ano, alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores, conforme o preceituado na NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações de Estimativas e Erros.

6. Partes Relacionadas

Relacionamentos com empresas-mãe

a. Nome da empresa-mãe imediata

Município de Tavira

b. Nome da empresa-mãe controladora final

Município de Tavira

Remunerações do pessoal chave da gestão:

a) Total de remunerações:

b) Total de benefícios de curto prazo dos empregados:

c) Total de benefícios pós-emprego:

d) Total de outros benefícios de longo prazo:

e) Total de benefícios por cessação de emprego:

f) Total de pagamentos com base em ações:

Remunerações dos Órgãos de Gestão

	2015	2014
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	103 588	98 925
Total de benefícios pós-emprego	0	0
Total de outros benefícios de longo prazo	0	0
Total de benefícios de longo prazo	0	0
Total de benefícios por cessação de emprego	0	0
Total de pagamentos com base em ações	0	0
Total de remunerações	103 588	98 925

Transacções entre partes relacionadas:

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Natureza do relacionamento

Partes Relacionadas	Serviços que prestam / Transacções que faz	Serviços que recebem / Transacções que recebe
Município Tavira	Fornecimento de Águas de Abastecimento, recolha de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos Urbanos	Assistência Técnica
	Manutenção dos espaços verdes	
	Limpeza das Praias	
	Limpeza Parque de Feiras e Exposições	
	Limpeza Espaços Públicos	
	Limpeza de Fossa	
	Recolha de Monos	
	Recolha Resíduos Indiferenciados	
	Contratação com/sem colocação de contador	
	Desentupimento de coletores	
	Controlo de Pragas - Rhynchophorus Ferrugineus	
	Intervenção global nos espaços verdes parque das feiras e exposições	
Outras partes relacionadas		
AGS		Assistência Técnica
		Disponibilização de Serviços SIG
		Apoio para Melhoria da Eficácia e Eficiência na Gestão Operacional
		Micro produção de energia
		Atualização de Base dados de Legislação
		Controlo Analítico ETAR's
		Análises físico-químicas e bacteriológicas de Águas Residuais
		Juros Prestações Acessórias
HIDURBE		Assistência Técnica
		Juros Prestações Acessórias

b) **Transações e saldos pendentes:**

i) **Quantia das transações:**

Quantias das Transações

Partes Relacionadas	Anos	Vendas / Prestação de serviços	Compra de Bens, Serviços e outros	Subsídios à Exploração
Município Távira	2015	278 656	209 611	1 470 750
	2014	270 289	198 241	1 082 849
	2013	1 592 708	218 034	0
AGS	2015	0	238 453	0
	2014	0	188 048	0
	2013	0	189 953	0
Hidurbe	2015		39 353	
	2014	0	49 177	0
	2013	0	52 369	0

ii) **Quantia dos saldos pendentes:**


Saldos Pendentes

Partes Relacionadas	Anos	Contas a Receber	Contas a Pagar
Município Távira	2015	151 338	41 500
	2014	55 390	124 859
	2013	328 402	0
AGS	2015	0	63 039
	2014	0	51 200
	2013	0	19 322
Hidurbe	2015	0	10
	2014	0	0
	2013	153	0

iii) **Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes:**

Não existem quaisquer ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionadas com a quantia de saldos pendentes.

- 
- iv) **Gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas:**



Não existem gastos reconhecidos durante o período respeitantes a dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas.



7. Ativos Intangíveis

No Ativo Intangível estão registados os programas informáticos com contratos de continuidade.

Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

- a) **Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;**

Todos os Ativos Intangíveis têm vida finita, de acordo com o contrato de continuidade do software.

- b) **Métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas**

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando as taxas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

- c) **A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período**

Ver quadro da alínea e) do presente parágrafo.

- d) **Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída**

As amortizações dos Ativos Intangíveis estão refletidos na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada "Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização."

- e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

Ativos Intangíveis

	01.01.2014	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2014	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2015
Programas de Computadores	148 709	7 500	0	0	0	156 208	12 566				168 775
Em curso	0	0	0	0	0	0					0
	148 709	7 500	0	0	0	156 208	12 566	0	0	0	168 775
Amortizações / Imparidade	131 911	16 820				148 731	14 137				162 868
	131 911	16 820	0	0	0	148 731	14 137	0	0	0	162 868
Ativos Intangíveis	16 798	-9 320	0	0	0	7 477	-1 570	0	0	0	5 907

Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras

Ver quadro da alínea e) do ponto 7.

8. Ativos Fixos Tangíveis

Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

- a) **Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta;**

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas na alínea a) do ponto 3.

- b) **Métodos de depreciação usados;**

Os métodos de depreciação usados encontram-se descritos na alínea a) do ponto 3.

- c) **Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;**

As taxas de depreciação usadas encontram-se descritas na alínea a) do ponto 3.

d) **Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;**

A quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período encontra-se apresentada no Quadro da alínea e) do presente item.

e) **Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.**

Ativos Tangíveis

	01.01.2014	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2014	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2015
Terrenos e Recursos Naturais	251 942	7 000				258 942	28 338	0	0	0	287 280
Edifícios e Outras Construções	10 934 738	84 888	871 211			11 890 837	181 796	0	0	0	12 072 633
Equipamento Básico	1 777 006	48 236	0		547	1 824 695	83 043	0	0	0	1 907 738
Equipamento Transporte	1 341 695	290				1 341 985	129 592	0	0	0	1 471 577
Equipamento Administrativo	386 178	48 897			1 257	433 818	44 188	0	0	0	478 005
Outros Ativos Fixos Tangíveis	171 089	25 550				196 639	83 827	0	0	0	280 466
Em curso	1 318 685	1 339 552	-888 874			1 769 363	958 800	0	0	0	2 728 163
	16 181 331	1 554 414	-17 663	0	1 804	17 716 279	1 509 583	0	0	0	19 225 862
Amortizações / Imparidade											
Edifícios e Outras Construções	1 516 881	539 301				2 056 182	554 201	0	0	0	2 610 383
Equipamento Básico	942 256	204 356			336	1 146 276	184 639	0	0	0	1 330 915
Equipamento Transporte	1 134 853	79 249				1 214 102	60 420	0	0	0	1 274 522
Equipamento Administrativo	294 860	40 345			898	334 307	39 736	0	0	0	374 043
Outros Ativos Fixos Tangíveis	120 908	21 242				142 150	26 468	0	0	0	168 618
	4 009 758	884 492	0	0	1 234	4 893 017	865 464	0	0	0	5 758 481
Ativos tangíveis	12 171 574	669 922	-17 663	0	570	12 823 262	644 119	0	0	0	13 467 381

Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

Existem dois ativos fixos tangível dados como garantia de passivos:

- Prédio Urbano sob o artigo 4912 no valor de 201.400 €, referente ao empréstimo bancário de médio longo prazo na C. C. Agrícola;
- Prédio urbano sob o artigo 3167 no valor de 280.000 €, referente ao empréstimo bancário de médio longo prazo no Banco Comercial Português.

AP
B
D

Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.

As depreciações não foram incluídas como parte do custo de outros ativos tendo sido integralmente reconhecida em resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Depreciação acumulada no final do período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.

9. Locações

Locações financeiras — locatários:

A Taviraverde, à data de 31 de Dezembro de 2015, contabiliza 18 contratos de locação financeira. Estes contratos encontram-se registados no balanço, como ativos tangíveis em contrapartida de financiamentos obtidos, pelo valor do bem.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando as taxas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os juros são reconhecidos na demonstração de resultados na rubrica Gastos e Perdas Financeiras.

- a) **Quantia escriturada líquida à data do balanço para cada categoria de ativo**
- b) **Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente**
- c) **Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos**
 - i) Não mais de um ano;
 - ii) Mais de um ano e não mais de cinco anos;
 - iii) Mais do que cinco anos
- d) **Rendas contingentes reconhecidas no resultado do período**
- e) **Descrição geral dos acordos de locação significativos incluindo (pelo menos) o seguinte**
 - i) Base pela qual é determinada a renda contingente a pagar
 - ii) Existência e cláusulas de renovação ou de opções de compra e cláusulas de escalonamento
 - iii) Restrições impostas por acordos de locação, tais como as que respeitam a dividendos, dívida adicional, e posterior locação

Locação Financeira

Contratos	Bens	Data do contrato	Prazo Contrato	Tipo Investimento	Valor bem	Amortizações Acumuladas	Valor Contabilístico	Valor em dívida	Rendas Pagas 2015	Opção de Compra	Base de cálculo das tendas
Millennium - CLF nº 400045406	Contentores Enterrados	01/06/2006	120 meses	Edif. e Outras Const.	69 670	25 255	44 415	6 532	7 281	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400047815	Contentores Enterrados	25/07/2006	120 meses	Edif. e Outras Const.	126 840	45 980	80 861	12 994	13 233	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400049739	Contentores Enterrados	07/09/2006	120 meses	Edif. e Outras Const.	118 459	42 941	75 518	14 180	12 309	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400050064	Contentores Enterrados	07/09/2006	120 meses	Edif. e Outras Const.	149 181	54 078	95 103	17 857	15 501	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400051292	Contentores Enterrados	25/10/2006	120 meses	Edif. e Outras Const.	61 599	22 330	39 269	7 903	6 389	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400053224	Contentores Enterrados	07/12/2006	120 meses	Edif. e Outras Const.	116 742	42 319	74 423	16 970	12 056	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400055441	Contentores Enterrados	15/01/2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	76 179	27 615	48 564	11 719	7 850	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400055442	Contentores Enterrados	15/01/2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	25 983	9 419	16 564	3 997	2 677	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400056726	Contentores Enterrados	15/02/2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	90 759	32 900	57 859	14 729	9 332	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400059266	Contentores Enterrados	07/04/2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	74 617	27 049	47 568	13 363	7 638	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400059725	Contentores Enterrados	01/05/2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	21 153	7 580	13 573	3 965	2 161	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400066424	Contentores Enterrados	25/09/2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	8 071	2 758	5 313	1 779	817	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400068288	Contentores Enterrados	15/10/2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	40 563	13 690	26 873	9 274	4 096	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400068289	Contentores Enterrados	15/10/2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	14 490	4 890	9 600	3 313	1 463	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400070322	Contentores Enterrados	15/11/2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	11 403	3 801	7 602	2 700	1 136	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400070342	Contentores Enterrados	15/11/2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	42 306	14 102	28 204	10 017	4 262	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400075474	Contentores Enterrados	01/04/2008	120 meses	Edif. e Outras Const.	34 054	10 642	23 412	9 431	3 391	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400079507	Contentores Enterrados	19/06/2008	120 meses	Edif. e Outras Const.	25 983	7 795	18 188	7 811	2 569	Sim	Taxa Juro Nominal
					1 108 052	395 143	712 909	168 533	114 159		

10. Custos de empréstimos obtidos

Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

A política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos encontra-se descrita na alínea k) do ponto 3.

Quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período

Durante o período não foram capitalizados custos dos empréstimos.

11. Inventários

Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e respetivas fórmulas de custeio usadas encontram-se descritas na alínea e) do ponto 3.

Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

Quantia Total de Inventários		
	2015	2014
Mercadorias	0	376
Matérias-primas	141 459	141 724
	141 459	142 100

Quantia de inventários escriturada pelo justo valor menos os custos de vender (no caso de corretores/ negociantes)

Não aplicável

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

Quantia de Inventários reconhecida como Gasto

	Mercadorias	Matérias-primas	Total
Existências em 01-01-2014	376	141 775	142 151
Compras	1 050 256	134 156	1 184 413
Regularização Existências	-18 977	4 678	-14 299
Existências em 31-12-2014	376	141 724	142 100
Gasto do Exercício	1 031 279	138 885	1 170 164
Existências em 01-01-2015	376	141 724	142 100
Compras	1 113 269	145 759	1 259 028
Regularização Existências	-4 305	1 765	-2 540
Existências em 31-12-2015	0	141 459	141 459
Gasto do Exercício	1 109 340	147 788	1 257 129

12. Rédito

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços encontram-se descritos na alínea n) do ponto 3.1.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

a) Venda de bens

Venda de Bens		
	2015	2014
Venda de água	2 223 023	2 089 065

b) Prestação de serviços

Prestação de Serviços

	2015	2014
Águas de Abastecimento	1 139 526	1 077 076
Águas Residuais	2 350 402	2 244 968
Recolha de Resíduos e Limpeza	2 513 527	2 357 493
	6 003 455	5 679 537

c) Juros

Juros

	2015	2014
Juros Cobrança Fora de prazo	2 219	74 255

13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Divulgações para cada classe de previsão:

a) Quantia escriturada no começo e no fim do período:

Provisões

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para processos judiciais em curso	658 429	436 807	307 211	788 025

14. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras:

As políticas contabilísticas adotadas para os subsídios do governo encontram-se descritos na alínea c) do ponto 3.

Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecido nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

- Subsídios à exploração atribuídos pelo Município de Tavira, no âmbito dos contratos de gestão de limpeza de praias e contrato programa para a gestão e manutenção dos espaços verdes públicos do concelho de Tavira:

Contratos Programa

	2015	2014
Espaços Verdes e Lagos	1 260 000	841 222
Limpeza de Praias	210 750	241 628
	1 470 750	1 082 849

- Subsídios à exploração para a área dos recursos humanos conforme quadro abaixo:

Estágios, Estímulos à Contratação e Formação

	2015	2014
Instituto de Emprego e Formação Profissional	13 881	33 766
POPH - Programa Operacional Potencial Humano	0	10 330
	13 881	44 096

Subsídios ao investimento em redes de águas de abastecimento e águas residuais:

Financiamentos de Investimento

	Programa	Valor da candidatura	Valor 31-12-2014	Valor Recebido em 2015	Valor a 31-12-2015
Construção, Ampliação de Redes de Águas de Abastecimento e Águas Residuais	POVT (2007-2013)	6 906 000	2 912 346	934 398	3 846 744

15. Acontecimentos após a data do balanço

Autorização para emissão

- a) **Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.**

As demonstrações financeiras foram aprovadas a 26 Janeiro de 2016 pelo Conselho de Administração da empresa.

- b) **Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.**

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.

Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não foram recebidas informações após a data do balanço que originassem atualizações quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.

Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Para cada categoria material de tais acontecimentos:

- a) **Natureza do acontecimento;**
b) **Estimativa do efeito financeiro (ou declaração de que tal estimativa não pode ser feita).**

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço que tenham dado lugar a ajustamentos.

16. Imposto sobre o rendimento

Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

a) O Gasto (rendimento) por impostos correntes

O Gasto (rendimento) por Impostos correntes		
	2015	2014
IRC do ano	-81 117	-25 188

Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio

Obras Financiadas

	Saldo inicial	Amortização e/ou Subsídio recebido em 2015	Saldo 31-12-2015
CCDR ProAlgarve FDR-162 Estorninhos	127 231	6 467	120 764
CCDR ProAlgarve FDR-164 P. Carvalhoso	204 513	194 020	194 020
QREN POVT E106-Exec.Cond.Furo ao Reservatório Alfarrobeira.	31 402	1 232	30 169
QREN POVT E102b-Abst.Água/ARD Corte António Martins F1	109 339	3 071	106 267
QREN POVT E112-EEARs 1,2 e 3 em Amaro-Gonçalves	80 437	577	79 860
QREN POVT E80- Rede ARD Montes e Lagares	72 983	2 246	70 737
QREN POVT E118- Constr.EE + Reservatório.+ ETAR Currais Fase2	77 253	-2 170	79 422
QREN POVT E105- Conduta Elevatória. Furo/Reservatório Estorninhos	22 266	936	21 330
QREN POVT E83-Exc.ARD Campina Santiago Luz1.2	52 993	-5 985	58 978
QREN POVT E78-Exc.Redes Agua Residuais Livramento	148 098	253	147 845
QREN POVT E93-Exec.Redes ARD Pinheiro-Luz	118 239	4 970	113 269
QREN POVT E111-Prolong.Redes Abastecimento Agua Corte Peso	30 776	1 294	29 482
QREN POVT E67-Abast.Agua e ARD Rua Pelames Zona1	105 459	-11 938	117 397
QREN POVT E91-Abast.Agua e ARD Rua Pelames Zona2	43 107	-12 301	55 408
QREN POVT E74 – Ligação Rede ARD Atalaia à EE3 AdA	33 119	-49	33 168
QREN POVT E96 – Remodelação. Rede ARD Rua José Pires Padinha	114 272	-2 447	116 719
QREN POVT E66 - Conduta ETAR Luz à Caixa 119 REFER	15 971	666	15 305
QREN POVT E114 – Prolongamento rede Abastecimento Agua Sra. Saúde	35 234	1 467	33 768
QREN POVT E90 - Rede ARD Sitio Palmeira	40 292	-5 082	45 373
QREN POVT E89 - Execução Rede ARD em Stº. Estevão	57 539	-738	58 278
QREN POVT E88 - Execução Rede ARD Caminho do Meio	96 809	1 229	95 580
QREN POVT E73 – Execução Rede Aguas Residuais. Arroiteia	187 592	-1 733	189 325

QREN POVT E115-Prolg.Red. Rede ARD + Água Mato St. Espírito	17 444	703	16 741
QREN POVT E99-Remod.Red. Rede ARD Rua 1ªMaio e Ligação AdA	38 343	-856	39 199
QREN POVT E72 – Execução Rede ARD Pinheiro - destaque	44 308	-6 309	50 618
QREN POVT E100 - Desvio Conduta ARD ETAR Tavira	36 117	421	35 696
QREN POVT E65 – Ligação Rede ARD Pedras d'Rei à Ada	8 998	240	8 758
QREN POVT E69 – Ligação EEAR Campo Feira à EARD AdA	50 064	-1 513	51 577
QREN POVT E113-Remod.Red. Rede ARD Mato Stº Espírito. Marvão Qta. Salinas	48 854	-6 872	55 726
QREN POVT E87 – Execução Rede ARD em Amaro Gonçalves	289 078	1 698	287 380
QREN POVT E120-Exec.Red. Águas + ARD em Cumeada - Conceição	145 374	-76 853	222 227
QREN POVT E92-Exec. Rede ARD Sinagoga (SIN2)	68 226	-140 864	209 090
QREN POVT E108 - Rede Abastecimento Água Vale João Farto	77 345	3 035	74 310
QREN POVT E97-Ex.Red. Rede ARD na Campina da Luz	63 202	-40 203	103 405
QREN POVT E107-Rede ARD Montes e Lagares (Casas Juntas) Fase 2	137 312	-1 626	138 939
QREN POVT E121 - Rede ARD em Bernardinheiro	250 400	-17 154	267 553
QREN POVT E117-Extens.Red. Abast. Água Espartosa/Carrasqueira	0	-14 353	14 353
QREN POVT E125 - Prolong. Rede Abast. Água e ARD Sítio Palmeira	0	-8 587	8 587
QREN POVT E128-Prolong.Red. Abast. Água Sítio da Gomeira	0	-16 388	16 388
QREN POVT E129-Rede Água + Conduta Furo-Reserv. Alfarrob. Fase 2	0	-10 542	10 542
QREN POVT E130-Rede ARD Urb. Mato Stº Espírito/Marvão/Q.Salinas-Fase2	0	-105 956	105 956
QREN POVT E131-Prolong.Abast.Água + ARD no sítio do Fundo	0	-100 308	100 308
QREN POVT E133 - Rede Abast. Água sítio Marco - Santa Catarina	0	-36 787	36 787
QREN POVT E135 - Rede ARD e Águas Abast. Sítio Morgadinho - Luz	0	-26 006	26 006
QREN POVT E138 - Rede ARD Sítio Santa Margarida	0	-73 590	73 590
QREN POVT E136 - Rede ARD e AA Sítio Poço Caldeirinha	0	-6 026	6 026
QREN POVT E123- Sistema Adução Água a Currais	0	-64 252	64 252
QREN POVT E134-Prolong.Red. Abast. Água Sítio de Estiramantens	0	-51 689	51 689
QREN POVT E140 - Execução EEARD Stª Margarida	0	0	0
QREN POVT E141 - Remodelação EEAR Salinas	0	0	0
QREN POVT E142 - Construção EEAR Pereirinhas	0	0	0
QREN POVT E126 - Construção de FitoETAR em Currais	0	-2 536	2 536
	3 079 987	-110 166	3 890 701

Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

- a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa (s) de imposto aplicável (eis) e indicação da base pela qual a taxa (s) de imposto aplicável (eis) é (são) calculada (s); ou
- b) Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável

O Gasto (rendimento) por Impostos correntes

	Base de Imposto		Taxa de Imposto
	2015	2014	2015
Resultado antes de impostos	383 055,22 €	28 304,39 €	
Variações patrimoniais			
Taxa de imposto sobre rendimento	21,0%	23,0%	
	80 441,60 €	6 510,01 €	21,00%
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais			
IRC			
Multas, coimas, juros compensatórios	323,50 €	582,73 €	
Correções Relativas a exercícios anteriores	5 555,34 €	3 359,74 €	
Indemnizações por eventos seguráveis			
Outros		494,02 €	
	5 878,84 €	4 436,49 €	1,53%
Proveitos não tributáveis			
Mais-valias contabilísticas	6 400,00 €		
Excesso da estimativa para impostos	5 764,38 €	34 941,16 €	
	12 164,38 €	34 941,16 €	3,18%
Lucro tributável	376 769,68 €	-2 200,28 €	
Taxa de imposto sobre rendimento	21,0%	23,0%	
Taxa de imposto sobre rendimento	21,0%	23,0%	
Imposto calculado	64 113,87 €	0,00 €	16,74%
Derrama	0,00 €	0,00 €	0,0%
Tributação autónoma	17 003,50 €	25 188,32 €	4,4%
Imposto sobre o rendimento	81 117,37 €	25 188,32 €	21,18%

Explicação de alterações na taxa (s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior

Ao IRC não foi acrescida Derrama pelo facto do Município de Tavira, em 2015, não ter fixado qualquer taxa de derrama.

17. Instrumentos financeiros

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se descritas nas seguintes alíneas do ponto 3:

- ✓ Alínea f) – Clientes
- ✓ Alínea h) – Caixa e Bancos
- ✓ Alínea k) – Financiamentos Obtidos
- ✓ Alínea l) – Contas a Pagar
- ✓ Alínea m) – Fornecedores

Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

a) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade**

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade são os indicados no quadro seguinte:

Ativos Financeiros		
	2015	2014
Clientes	598 829	721 705
Caixa e depósitos bancários	544 722	681 451
	1 143 551	1 403 156

Os Clientes decompõem-se da seguinte forma:

Clientes

Clientes	2015	2014
Clientes gerais	656 206	860 275
Estado	11 569	10 644
Clientes Caução	-251 248	-214 820
Clientes por acréscimo	0	-3 474
Clientes partes relacionadas Acionista Público	151 338	55 390
Clientes em imparidade	260 403	215 554
Clientes perdas imparidade acumuladas	-229 439	-201 865
	598 829	721 705

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

Imparidades

	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Imparidade de dívidas a receber	201 865	114 664	87 089	229 439

b) Instrumentos de capital próprio mensurado ao custo

Não aplicável

c) Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade

Não aplicável

d) Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados

Não aplicável

e) Passivos financeiros mensurados ao custo

Passivos Financeiros		
	2015	2014
Financiamentos Obtidos	5 070 141	6 266 010
Outras contas a pagar	319 491	299 802
Passivos não correntes	5 389 632	6 565 812
Financiamentos Obtidos	909 000	380 000
Fornecedores	1 816 651	2 148 787
Outras contas a pagar	1 640 760	1 477 300
Passivos correntes	4 366 411	4 006 087

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'B' and a signature that appears to be 'A'.

O detalhe dos financiamentos correntes e não correntes e respetivas condições são os indicados no quadro seguinte:

Detalhe dos Financiamentos		
	2015	2014
Não correntes		
Empréstimo Bancário BCP	1 512 500	2 268 750
Condições	Euribor 6m+0,7%	Euribor 6m+0,7%
Empréstimo Bancário BCP	280 000	280 000
Condições	Euribor 6m+3,675%	Euribor 6m+3,675%
Empréstimo Bancário CA	149 728	159 827
Condições	Euribor 6m+1,5%	Euribor 6m+1,5%
Empréstimo Bancário BES	1 178 571	1 492 857
Condições	Euribor 3m+2%	Euribor 3m+2%
Suprimentos	1 780 810	1 780 810
Condições	Euribor 6m	Euribor 6m
Loações Financeiras	168 533	283 767
Condições	Euribor 1m+0,8%	Euribor 1m+0,8%
	Euribor 1m+2,1%	Euribor 1m+2,1%
	Euribor 1m+2,25%	Euribor 1m+2,25%
	Euribor 1m+3%	Euribor 1m+3%

Correntes		
Empréstimo Bancário BCP	0	0
Condições	Euribor 30 d+2,875%	Euribor 30 d+2,875%
Empréstimo Bancário BIC	465 000	n/a
Condições	Euribor 3m+2%	
Empréstimo Bancário BES	444 000	461 000
Condições	Euribor 3m+6,5%	Euribor 3m+4,5%

- f) **Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou ao custo amortizado e ii) a imparidade acumulada**

Os Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade são os constantes no quadro da alínea a) deste ponto.

Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não ocorreram situações de incumprimento para os empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço.

Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior (divulgar a informação exigida no parágrafo anterior, se tais incumprimentos permitem ao credor exigir pagamento acelerado, a menos que os incumprimentos tenham sido sanados, ou os termos do compromisso renegociados, até à data do balanço)

Não ocorreram situações de incumprimento que permitissem aos credores exigir pagamento acelerado.

Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas

Ganhos e perdas de financiamento		
	2015	2014
Juros obtidos	538	568
Juros de mora	2 219	74 255
Outros	0	0
Ganhos	2 757	74 823
Juros de financiamento obtidos	-105 342	-125 945
Juros de derivados financeiros	0	0
Juros de mora	-187 273	-31 911
Comissões e despesas com financiamento	-3 314	-2 430
Outros	-3 045	-3 424
Perdas	-298 974	-163 709

Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros

A quantia de perda por imparidade reconhecida por cada classe de ativo financeiro encontra-se espelhada no quadro da alínea a) do ponto 17.

Instrumentos de capital próprio:

Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

O Capital Social Nominal da empresa ascende a 50.000€ e encontra-se totalmente realizado.

Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O Capital Social da Empresa é constituído por 10.000 ações nominativas com valor nominal de 5€ cada.

Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período.

Não existem ações em circulação nem ações próprias.

Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Não foram efetuados aumentos de capital no período.

Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço

Não foram emitidos outros instrumentos de capital no período.

18. Divulgações exigidas por diplomas legais

Divulgação exigida pelo nº 1 do artº 66 – A do CSC

Natureza e o objetivo comercial das operações não incluídas no balanço e o respetivo impacte financeiro, quando os riscos ou os benefícios resultantes de tais operações sejam relevantes e na medida em que a divulgação de tais riscos ou benefícios seja necessária para efeitos de avaliação da situação financeira da sociedade;

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objetivo comercial, impacte financeiro ou riscos e benefícios.

Divulgação exigida pelo nº 2 do artº 66 – A do CSC

Honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários totais faturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais faturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais faturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria

Honorários	2015	2014
Honorários pela Revisão Legal de Contas	7 500	7 417

19. Outras informações

Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Estado e Outros entes Públicos		
	2015	2014
Impostos sobre Rendimento Coletivo	14 680	1 933
Imposto sobre Valor Acrescentado	111 624	56 300
Taxa de Recursos Hídricos e Gestão RSU	66 147	55 100
Saldos a Receber	192 450	113 333
Impostos sobre Rendimento Coletivo	-81 117	-25 188
Retenção Imposto sobre Rendimento	-17 570	-18 529
Imposto sobre Valor Acrescentado	0	0
Imposto de Selo	0	0
Segurança Social	-62 173	-56 229
Saldos a Pagar	-160 861	-99 946

Diferimentos

A rubrica de gastos a reconhecer discrimina-se da seguinte forma:

Diferimentos		
	2015	2014
Seguros	3 685	125 595
Manutenção e Assistência	9 947	1 475
Stocks	19 048	18 315
Outros	262	0
Diferimentos Ativos	32 942	145 386
Subsídios à Exploração - POPH	9 988	9 988
Subsídios à Exploração - UrbanWater	27 090	101 469
Subsídios à Exploração - IEFP	-963	-6 828
Diferimentos Passivos	36 115	104 629

Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rúbrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Fornecimento e Serviços Externos		
	2015	2014
Subcontratos	1 482 341	1 525 356
Trabalhos Especializados	1 063 842	1 085 758
Materiais	27 658	34 646
Energia e Fluidos	645 995	647 770
Deslocações Estadas e Transporte	16 703	9 300
Serviços Diversos	413 150	403 917
	3 649 689	3 706 747

Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rúbrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos		
	2015	2014
Rendimentos Suplementares	11 008	17 040
Descontos de ponto pagamento obtidos	31	0
Rendimentos e Ganhos em investimentos	6 400	0
Outros Rendimentos e Ganhos	146 946	164 079
	164 386	181 118

Outros Gastos e Perdas

Esta rúbrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas		
	2015	2014
Impostos	21 712	117 072
Outros	18 354	5 457
	40 066	122 529

Garantias Bancárias Prestadas

GARANTIAS BANCÁRIAS

Nº GARANTIA	BANCO EMISSOR	TERCEIRO BENEFICIÁRIO	DATA	MONTANTE
125-02-1448462	Banco Comercial Português, S.A.	CCDRI do Algarve	31/10/2008	37 500
Depósito Caução	Caixa Geral de Depósitos	Agência Portuguesa do Ambiente	06/09/2013	1 000
00125-02-1927060	Banco Comercial Português, S.A.	Rotas do Algarve Litoral, SA	11/08/2014	10 000
00125-02-1927079	Banco Comercial Português, S.A.	Rotas do Algarve Litoral, SA	11/08/2014	10 000
00125-02-1951103	Banco Comercial Português, S.A.	Rotas do Algarve Litoral, SA	06/02/2015	10 000
00125-02-1964643	Banco Comercial Português, S.A.	Rotas do Algarve Litoral, SA	13/05/2015	20 000
				88 500

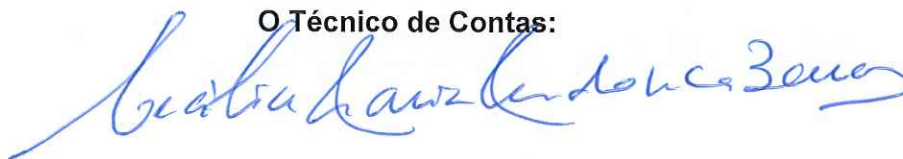
B
A

Litígios e Contingências

Existem situações latentes para a empresa, decorrentes de ações interpostas pelo fornecedor Águas do Algarve cujo desfecho não é conhecido à data. A empresa tem constituída uma provisão baseada na estimativa de uma eventual assunção de responsabilidade futura. Caso todos os processos, bem como o em recurso, tenham uma decisão desfavorável representa um efeito negativo total de 3,3 M euros, para os quais existe uma provisão constituída de 0,79 M euros.

Tavira, 25 de Fevereiro de 2016

O Técnico de Contas:



Cecília Maria Mendonça Barros

O Conselho de Administração



Jaime Luís Fernandes Costa
(Presidente)



António Manuel Dias Chaves Ramos
(Administrador)



João Pedro da Conceição Rodrigues
(Administrador)

Handwritten signatures in blue ink, including a large 'X' mark.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 15.043.763 euros e um total de capital próprio de 4.302.719 euros, incluindo um resultado líquido de 301.938 euros), a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos resultados por natureza e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo correspondente.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

uy



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Sócios:

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias submetemos à Vossa apreciação o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da **Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

1. RELATÓRIO

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa através do contacto regular com a administração, do exame dos documentos e registos e das informações e esclarecimentos prontamente prestados pelos seus diferentes órgãos e serviços.

O relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos legais e estatutários, reflectindo fiel e claramente a evolução dos negócios, os problemas e perspectivas da Sociedade. Igualmente o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por naturezas, das Alterações no Capital Próprio, os Fluxos de Caixa e o respectivo Anexo estão organizados conforme as disposições legais.

Os critérios valorimétricos adoptados constam do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados e conduzem a uma correcta avaliação do património da empresa e dos resultados do exercício.

Referimos como parte integrante deste parecer a Certificação Legal das Contas, emitida nesta data, bem como a reservas nela constante.

2. PARECER

Assim e como resultado das informações recebidas e das verificações efectuadas, somos de parecer que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e os restantes elementos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2015, bem como a proposta da aplicação de resultados.

Tavira, 29 de Fevereiro de 2016

O Fiscal Único

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC, Lda

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

(João Miguel Pinto Galvão, ROC n.º 587)



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Os registos contabilísticos relativos ao fornecedor Águas do Algarve apresentam uma diferença por defeito de 3.230 mil euros, em relação ao saldo relevado nas contas do fornecedor, diferença referente ao custo de consumos mínimos de tratamento de efluentes (incluindo juros de mora). Do diferendo, cerca de 3.273 mil euros estão reclamados judicialmente, estando constituída uma provisão no montante de 788 mil euros para fazer face aos eventuais efeitos de um desfecho desfavorável dos processos judiciais em curso. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final desses processos judiciais em curso pelo que não estamos em condições de avaliar se a provisão constituída é suficiente para fazer face aos valores susceptíveis de virem a ser pagos ao fornecedor.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito do ajustamento que poderia revelar-se necessário caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.** em 31 de Dezembro de 2015, a alteração dos seus capitais próprios, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Tavira, 29 de Fevereiro de 2016

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

João Miguel Pinto Galvão, ROC n.º 587





Ph
bi
Q
X

RELATÓRIO E PARECER DO
FISCAL ÚNICO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidenciá um total de 15.043.763 euros e um total de capital próprio de 4.302.719 euros, incluindo um resultado líquido de 301.938 euros), a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos resultados por natureza e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo correspondente.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

IP



ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Isabel Paiva
Miguel Galvão
Anabela Peres
José Luís Nunes
Nuno Tavares

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Sócios:

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias submetemos à Vossa apreciação o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da **Tavira Verde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

1. RELATÓRIO

No decurso do exercício, acompanhamos a actividade da empresa através do contacto regular com a administração, do exame dos documentos e registos e das informações e esclarecimentos prontamente prestados pelos seus diferentes órgãos e serviços.

O relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos legais e estatutários, reflectindo fiel e claramente a evolução dos negócios, os problemas e perspectivas da Sociedade. Igualmente o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por naturezas, das Alterações no Capital Próprio, os Fluxos de Caixa e o respectivo Anexo estão organizados conforme as disposições legais.

Os critérios valorimétricos adoptados constam do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados e conduzem a uma correcta avaliação do património da empresa e dos resultados do exercício.

Referimos como parte integrante deste parecer a Certificação Legal das Contas, emitida nesta data, bem como a reservas nela constante.

2. PARECER

Assim e como resultado das informações recebidas e das verificações efectuadas, somos de parecer que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e os restantes elementos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2015, bem como a proposta da aplicação de resultados.

Tavira, 29 de Fevereiro de 2016

O Fiscal Único
Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC, Lda

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por :
(João Miguel Pinto Galvão, ROC nº 587)



ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Isabel Paiva
Miguel Galvão
Anabela Peres
José Luís Nunes
Nuno Tavares

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Os registos contabilísticos relativos ao fornecedor Águas do Algarve apresentam uma diferença por defeito de 3.230 mil euros, em relação ao saldo relevado nas contas do fornecedor, diferença referente ao custo de consumos mínimos de tratamento de efluentes (incluindo juros de mora). Do diferendo, cerca de 3.273 mil euros estão reclamados judicialmente, estando constituída uma provisão no montante de 788 mil euros para fazer face aos eventuais efeitos de um desfecho desfavorável dos processos judiciais em curso. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final desses processos judiciais em curso pelo que não estamos em condições de avaliar se a provisão constituída é suficiente para fazer face aos valores susceptíveis de virem a ser pagos ao fornecedor.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito do ajustamento que poderia revelar-se necessário caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.** em 31 de Dezembro de 2015, a alteração dos seus capitais próprios, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Tavira, 29 de Fevereiro de 2016

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

João Miguel Pinto Galvão, ROC n.º 587